



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

MATEUS CARLOS DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
INTERPRETAÇÕES CRÍTICO-CIENTÍFICAS**

LONDRINA
2011

MATEUS CARLOS DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
INTERPRETAÇÕES CRÍTICO-CIENTÍFICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Análise e Educação Ambiental em Ciências da Terra.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

LONDRINA
2011

MATEUS CARLOS DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
INTERPRETAÇÕES CRÍTICO-CIENTÍFICAS**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas
Calvente
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dra. Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina

Prof^o. Ms. Ricardo Aparecido Campos
Universidade Estadual do Norte do Paraná –
Campus de Cornélio Procópio

Londrina, ____ de _____ de 2011.

AGRADECIMENTOS

A Professora Dra. Maria del Carmen M. H. Calvente, pela orientação, pela atenção e pelas importantes informações.

A todos os professores, pelos ensinamentos durante todo o curso.

Aos meus pais, que me proporcionaram as condições essenciais e necessárias para a realização da especialização.

Aos meus irmãos, pela amizade e apoio.

A Aline pela compreensão, companheirismo e incentivo.

A todos os meus amigos de curso, pela força e coragem que me deram.

A todos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram durante o curso e contribuíram para que este trabalho viesse a se concretizar.

SANTOS, Mateus C. **Desenvolvimento Sustentável**: interpretações crítico - científicas. 2011. 63 fls. Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização em Análise e Educação Ambiental em Ciências da Terra – Universidade Estadual de Londrina, 2011.

RESUMO

Diante do agravamento dos problemas ambientais após meados do século XX, e com base nas diversas discussões realizadas por diferentes áreas do conhecimento sobre este tema, o presente trabalho tem por objetivo contribuir com as pesquisas na área ambiental, em vista do caráter recente dessa temática. Portanto, analisou-se as várias interpretações do termo “desenvolvimento sustentável”, bem como sua correlação com o crescimento econômico. Para atingir tal objetivo, resgatou-se o histórico evolutivo das relações entre homem e natureza, exemplos de acidentes ambientais e problemas ambientais característicos das sociedades contemporâneas. Avaliou-se como se deu a origem do “conceito” de desenvolvimento sustentável, procurando apresentar seu desenvolvimento sob a ótica de Ignacy Sachs, dialogando com outros autores. Procurou-se também demonstrar a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico e, por conseguinte, estabelecer um debate sobre a sustentabilidade.

Palavras-chave: Problemas ambientais. Desenvolvimento sustentável. Crescimento econômico.

SANTOS, Mateus C. **Sustainable Development: critical-scientific interpretations**, 2011. 63 fls. Senior Research Program, In Analysis and Environmental Education in Earth Sciences - Universidade Estadual de Londrina, 2011.

ABSTRACT

Faced with the worsening of environmental problems after the mid-twentieth century, and based on discussions from various different areas of knowledge on this subject, this paper aims to contribute to research in the environmental area, in view of the recent character of this theme. Therefore, we analyzed the various interpretations of the term "sustainable development" as well as its correlation with economic growth. In order to achieve this goal, rescued the evolutionary history of relations between man and nature, examples of environmental accidents and environmental problems characteristic of contemporary societies. We evaluated how was the origin of the "concept" of sustainable development, seeking to present their development from the perspective of Ignacy Sachs, talking with other authors. We also sought to demonstrate the difference between economic growth and development and, therefore, to establish a debate about sustainability.

Key-Words: Environmental problems. Sustainable development. Economic growth.

LISTA DE ABREVIATURA

CMDS – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

GLP – Gás Liquefeito de Petróleo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNB – Produto Nacional Bruto

PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNEP – United Nations Environment Programme – Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CONTEXTO GLOBAL DOS DEBATES AMBIENTAIS	10
1.1 HISTÓRICO EVOLUTIVO.....	10
1.2 ACIDENTES AMBIENTAIS.....	14
1.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS	16
1.4 CONSTRUÇÃO DE ACORDOS DIPLOMÁTICOS.....	18
1.5 A ORIGEM DO TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	21
2 DILEMAS ATUAIS SOBRE O “CONCEITO” DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DE IGNACY SACHS	26
2.2 DEBATES SOBRE OS AVANÇOS E DESAVANÇOS NA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL.....	30
3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CRESCIMENTO ECONÔMICO	40
3.1 DESENVOLVIMENTO: COMO ENTENDÊ-LO	40
3.2 SUSTENTABILIDADE EM QUESTÃO	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XX, presencia-se, em âmbito global, uma série de desastres ambientais, ocasionados ou acelerados pela ação antrópica. Esses desastres, por atingirem proporções antes não vistas, como, por exemplo, morte de centenas de pessoas e considerável perda da biodiversidade, fez com que países do mundo todo começassem a repensar, por meio de encontros diplomáticos, o modelo de desenvolvimento praticado.

Apesar de esses países guardarem diferenças significativas quanto ao seu modelo político-econômico interno, demonstram suas semelhanças quanto ao objetivo de atingirem altos níveis de riqueza. Não se propõe neste trabalho fazer uma análise sobre as diferenças políticas das nações que se reuniram para debater os problemas ambientais. No entanto, sublinha-se que independentemente do regime político, o crescimento econômico aparece como alvo a ser atingido, com a pretensão de trazer benefícios e bem-estar à população.

Em meio a esse contexto, a certeza que se tem apresenta-se de uma forma catastrófica: as consequências do atual modelo de “desenvolvimento”, tal como desigualdade social, destruição dos recursos naturais, crescimento demográfico desmedido e sobreposição de culturas. Na contramão desses problemas aparecem “avanços” como tecnologia, crescimento econômico, aumento da expectativa de vida. Enfim, pode-se dizer que a sociedade moderna, devido a sua complexidade, exige um modelo de desenvolvimento que consiga equilibrar seus “avanços” com suas respectivas consequências.

Sob este prisma, ocorreram várias Conferências internacionais com a missão de proporem metas sustentáveis para as próximas décadas. E foi em um desses encontros globais que apareceu como destaque o termo “desenvolvimento sustentável”, objeto que se apresenta como elemento singular para o debate que se pretende desenvolver nos três capítulos em que se divide esse trabalho.

Tendo isso como base, preocupou-se em demonstrar no primeiro capítulo um breve retrospecto histórico da relação do homem com a natureza, desde a pré-história até o início do século XXI. Nesse histórico, pretendeu-se apontar para as diferentes organizações humanas e seu sistema de produção, questionando as alterações de valores comerciais que exercem uma influência direta no meio ambiente.

Como consequência dos novos padrões de consumo, presentes no século XX e oriundos do paradigma tecnológico-industrial, objetivou-se apontar para alguns exemplos de acidentes ambientais ocorridos em países no mundo todo a partir da década de 1940. Além desses acidentes, sublinhou-se também os principais problemas ambientais que se destacam como preocupantes para a civilização contemporânea.

A partir da década de 1950, demonstrou-se uma maior sensibilização por parte da população civil e de representantes políticos com relação aos problemas ambientais. Nesse sentido, preocupou-se em apresentar uma seção abordando os principais encontros internacionais com o intuito de discutir sobre os problemas ambientais, bem como os acordos diplomáticos firmados nesses encontros.

Dentre esses acordos diplomáticos, o “desenvolvimento sustentável” se apresentou como um dos principais modelos de desenvolvimento a ser defendido por representantes políticos, e objeto de estudo para autores de diferentes áreas da ciência. Assim, buscou-se a abordagem desse objeto com o fim de guiar o leitor desde a origem do “conceito” de desenvolvimento sustentável, até o seu reconhecimento como meta a ser alcançada em âmbito global.

No segundo capítulo, pretendeu-se, sob a ótica de Ignacy Sachs, economista sensível aos problemas socioambientais, analisar a teoria científica utilizada para explicar o termo “desenvolvimento sustentável”, de modo que, dialogando com outros autores, permita questionar o discurso “sustentável” propagado há décadas.

De igual forma, foi proposta a demonstração dos avanços e desavanços quanto à problemática socioambiental. Nesse tópico, ressaltou-se importantes perspectivas de autores distintos, dentre eles Klaus Frey, Wolfgang Sachs, Henri Acselrad e Gustavo Costa Lima, sobre o desenvolvimento sustentável. Esse debate pretende permitir ao leitor uma visão ampla sobre esse “conceito”, assim como apresentar a preocupação multidisciplinar com os problemas socioambientais.

Adiante, foram analisados os debates sobre os problemas ambientais, de modo que permita indagar a constância de impactos ambientais frente à permanência dos padrões de crescimento econômico. Nesse sentido,

objetivou-se averiguar a base dos problemas ambientais, de forma que auxilie visualizar o motivo da dificuldade de alcançar uma sociedade sustentável.

A partir dessa divergência entre um discurso sustentável e uma prática degradante, preocupou-se o terceiro capítulo em diferenciar o desenvolvimento do crescimento econômico. Para atingir tal objetivo, foram resgatados escritos do economista brasileiro José Eli da Veiga, Mauro Guimarães, Celso Furtado e Salvatore Santagada para guiar a análise sobre o desenvolvimento. O resultado dessa experiência demonstrará ao leitor a complexidade do substantivo “desenvolvimento”, bem como a dificuldade de se medir os seus níveis a partir de índices numéricos sintéticos.

Na sequência, buscou-se analisar o adjetivo “sustentável”, de modo que permita visualizar a estreita relação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade, assim como a tentativa de adaptar os objetivos “sustentáveis” aos padrões de desenvolvimento da sociedade capitalista. A título de exemplo, utilizou-se o Protocolo de Kyoto, como um acordo que não altera a base do problema da emissão de gases de efeito estufa, mas apenas parece adiar as drásticas consequências das emissões.

Em síntese, o debate cujo desenvolvimento foi proposto nesses capítulos, mesmo diante da difícil solução prática para os problemas socioambientais, objetiva sublinhar as importantes discussões que circundam o termo “desenvolvimento sustentável”, assim como comparar a relação entre o discurso teórico e as ações para que efetivamente se dê a resolução dos problemas ambientais. Procurou-se percorrer uma literatura comprometida a examinar as causas dos problemas socioambientais, e, por conseguinte, as metodologias de solução para tais problemas.

1 CONTEXTO GLOBAL DOS DEBATES AMBIENTAIS

Com a atual crise ambiental em que a civilização humana se encontra e as consequências que essa crise vem acarretando, como a escassez de recursos naturais e a proliferação da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento, surgem várias vertentes que têm como objetivo disseminar políticas reparadoras dos danos causados.

Sabe-se que as questões ambientais passaram a ser debatidas com maior ênfase a partir da década de 1970. Porém, para que se possa entender a origem desses debates é importante apresentar um breve retrospecto histórico da influência humana no ecossistema.

1.1 HISTÓRICO EVOLUTIVO

Para que seja possível entender como se deram os debates que nomearam o termo “desenvolvimento sustentável” tal qual ele é utilizado hoje, será necessário que alguns fatos históricos sejam expostos neste trabalho. Para isto, será revisitada a obra “Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade”, de Reinaldo Dias (2006).

Desde a pré-história, com o intuito de garantir sua sobrevivência, a humanidade teve de transformar a natureza, pois as condições biológicas do homem não eram suficientemente favoráveis para sua sobrevivência no ambiente hostil que ele habitava.

Foi necessário que o homem desenvolvesse armas e ferramentas para a caça, e que percebesse que esta era mais produtiva se fosse feita em grupos, alcançando melhores resultados.

Para superar suas limitações, o homem aprendeu a criar ferramentas que multiplicavam suas capacidades limitadas, e ao mesmo tempo compreendeu que a sua resistência ao meio ambiente hostil era mais facilmente superada com a formação de grupos, que, organizados em torno de um objetivo, multiplicavam suas capacidades individuais. (DIAS, 2006, p. 02)

Assim, o homem procurava meios para que suas fragilidades fossem superadas e, com isso, ele desenvolvia ferramentas e métodos que garantiam a sua sobrevivência.

É relevante ressaltar o papel determinante do trabalho neste período, este entendido como dispêndio de energia física e mental, com a finalidade de subordinar o meio exterior, ou seja, a própria natureza às condições básicas do ser. Nesse sentido, as sociedades nascem e se desenvolvem a partir das necessidades de suprir os valores de uso, ou melhor, suas necessidades básicas.

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida. (MARX, 1988, p.149)

Desta forma, Marx (1988), em “O Capital”, demonstra claramente como se desenvolve essa relação entre o homem e a natureza. E que o homem, ao atuar sobre a natureza externa a ele, modifica também sua própria natureza. Assim, o trabalho aparece como a existência primeira do ser social, tendo em vista que, quanto mais o indivíduo se utiliza do trabalho, mais aperfeiçoa sua forma de dominação sobre o meio exterior.

Bernardes e Ferreira (2009) afirmam que perante esse processo de metabolismo referenciado por Marx, a natureza se humaniza e o homem se naturaliza. É uma relação dialética, na qual todas as relações sociais estão mediadas por coisas naturais, e vice-versa.

Segundo Dias (2006), todas essas estratégias desenvolvidas pelo homem eram capazes de causar pequenas alterações no meio ambiente. Porém, a partir do momento em que o homem deixou de ser nômade, deixou também de ter o poder de causar somente pequenas alterações no ambiente, potencializando a sua capacidade de modificação deste.

A princípio, a produção de alimentos destinava-se apenas à subsistência das pessoas que ali habitavam. Com o tempo, ela passou a ser maior que o necessário. Quando isso aconteceu, houve o desencadeamento do crescimento populacional e as concentrações humanas foram se transformando em

aldeias, vilas e cidades, ocupando cada vez mais as paisagens naturais e, conseqüentemente, as interferências no ambiente intensificaram-se.

O surgimento das cidades e o acúmulo de excedente de produção incentivaram o aparecimento dos primeiros trabalhos artesanais, o que levou, por sua vez, a uma intensificação do comércio. Nesta época, houve o início das operações medidas por moeda, sendo abandonado o escambo. Iniciou-se também o acúmulo de capital por parte de algumas pessoas.

Aos poucos a produção deixou de ser orientada para atender às necessidades das famílias e passou a atender aqueles que tinham capital pra adquirir o que era produzido.

Marx (1988) ressalta que a partir desse momento o valor de uso, que correspondia até então às necessidades humanas, se subordina ao valor de troca, que corresponde à venda das mercadorias por um determinado valor, seja ele em moeda ou outro produto. Seguindo essa lógica marxista, a sociedade caminha para uma intensificação da produção de mercadorias, chegando ao ponto de não se identificar mais com o produto do seu próprio trabalho.

Com o surgimento dos Estados Nacionais, no século XV, Dias (2006) sublinha que os reis necessitavam cada vez mais de recursos para conseguirem administrar seus países. Isto incentivou países como Portugal e Espanha a procurarem novas rotas comerciais. Nesta busca, esses países acabaram por estabelecerem colônias nos países que hoje formam a América do Sul.

A exploração das colônias se caracterizou pela degradação das reservas naturais que lá existiam e a extinção de diversas civilizações locais. As matérias-primas que eram retiradas das colônias eram utilizadas para suas metrópoles acumularem capital, porém esse capital não era revertido em benefícios para a colônia.

No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, aconteceu uma série de grandes transformações no modo de produção. O método de produção deixou de ser artesanal e passou a ser manufatureiro.

Essa revolução surgiu na Inglaterra e se espalhou pelo mundo rapidamente, levando consigo crescimento econômico, principalmente para os países com maior detenção de capital.

A Revolução Industrial, que teve seu início na Inglaterra no século XVIII e rapidamente se espalhou por outros recantos do planeta, promoveu o crescimento econômico e abriu as perspectivas de maior geração de riqueza, que por sua vez traria prosperidade e melhor qualidade de vida. (DIAS, 2006, p.5)

Porém, a Revolução Industrial também disseminou alterações no ambiente como um todo, pois os processos industriais necessitavam de grandes quantidades de energia e de recursos naturais.

De acordo com Dias (2006, p. 06), vários foram os problemas causados pela industrialização, tais como: urbanização acelerada e não-planejada, alta concentração populacional, consumo excessivo de recursos naturais não renováveis, contaminação do ar, água e solo, desmatamento, dentre outros.

No final do século XIX, as indústrias começaram a utilizar energia elétrica e o motor à combustão, que proporcionaram o aumento da produtividade. No entanto, os impactos sociais e ambientais também aumentaram, assim como as alterações no ecossistema.

Já no século XX, um novo modelo de produção surgiu, nele os produtos sofrem cada vez mais diferenciação para atender um mercado consumidor cada vez maior e mais exigente. Nele, a vida útil dos bens diminui e, com o emprego de novas tecnologias, eles se tornam obsoletos mais rapidamente, o que aumenta o consumo e, conseqüentemente, a produção de resíduos que não recebem tratamento adequado para serem reabsorvidos pela natureza.

O cenário apresentado no século XXI apresenta as seguintes características: avanço econômico expressivo; desigualdade social acentuada; crescimento demográfico desmedido; destruição do patrimônio ecológico mundial; estímulo ao consumo inconseqüente; diminuição da mortalidade infantil; aumento da expectativa de vida; avanços tecnológicos; e políticas ambientais para a conservação do planeta.

1.2 ACIDENTES AMBIENTAIS

Durante o século XX, ocorreram grandes acidentes industriais que trouxeram várias consequências, sendo uma delas a contaminação do meio ambiente. Com a repercussão que esses acidentes e seus efeitos tiveram em todo o mundo, eles se tornaram o principal motivo da conscientização da população em relação aos problemas causados no meio ambiente.

Nos parágrafos abaixo, estão descritos alguns dos principais acidentes que aconteceram no século XX, de acordo com DIAS (2006).

No ano de 1947, um navio carregado com nitrato de amônia explodiu no estado norte-americano do Texas, deixando 500 mortos e 3.000 feridos.

A contaminação por mercúrio na baía de Minamata, Japão, em 1965, proveniente de uma companhia química instalada na região, provocou disfunções neurológicas em famílias de pescadores, em gatos e aves. As contaminações ocorriam desde 1939.

Em 1966, na cidade de Feyzin, na França, houve um vazamento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) que causou a morte de 18 pessoas e a intoxicação de mais 65.

Em 1976, no dia 10 de julho, na cidade de Seveso, Itália, nas proximidades de Milão, a fábrica Hoffmann-La Roche liberou densa nuvem de um desfolhante conhecido como agente laranja, que, entre outras substâncias, continha dioxina, altamente venenosa. Em torno de 733 famílias tiveram que deixar a região.

Na Espanha, em 1978, um caminhão-tanque carregado de propano explode na cidade de San Carlos, causando 216 mortes e deixando mais de 200 feridos.

No ano de 1984, dois graves acidentes aconteceram. Um deles, em San Juanico, México, foi um incêndio de GLP seguido de explosão, causando 650 mortes e 6.400 feridos. O outro foi um vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila de uma fábrica da Union Carbide, ocorrido em Bhopal, Índia, causando a morte de 3.000 pessoas e a intoxicação de mais de 200.000.

Ainda segundo Dias (2006), em abril de 1986 aconteceu o acidente mais preocupante do final do século XX, na usina de Chernobyl, na antiga União Soviética. O desligamento do sistema de refrigeração com o reator ainda em

funcionamento provocou um incêndio que durou uma semana. Foi lançado na atmosfera um volume radioativo cerca de 30 vezes maior que o da bomba atômica de Hiroshima. A radiação espalhou-se, atingindo vários países europeus e até mesmo o Japão.

Também no ano de 1986, em Basiléia, na Suíça, após incêndio em uma indústria, foram derramadas 30 toneladas de pesticidas no Rio Reno, causando a mortandade de peixes ao longo de 193 quilômetros.

Em 24 de março de 1989, o navio-tanque Exxon-Valdez, ao desviar de um iceberg, bateu num recife e a seguir encalhou no estreito do Príncipe William, no Alasca. O rombo aberto no casco deixou vaziar cerca de 44 milhões de litros de petróleo. O vazamento de óleo, o pior da história dos EUA, atingiu uma área de 260 quilômetros quadrados, poluindo águas, ilhas e praias da região e matando milhares de animais.

Os parágrafos acima demonstram que houve vários desastres ambientais no século XX que ocasionaram danos irreparáveis, como a morte de milhares de pessoas. Por se tornarem fatos de grande repercussão na mídia global, atuaram como instrumento de sensibilização socioambiental. Estes e outros acidentes que ocasionaram fortes degradações no meio ambiente contribuíram para que se iniciassem as discussões acerca dos impactos que as ações do homem proporcionam ao meio em que está inserido.

Faz-se necessário mencionar que, apesar desses desastres marcantes na história serem tidos como motivadores de debates sobre a temática ambiental entre diversas nações, não são os únicos agentes negativos ao meio ambiente, e tais desastres podem ocorrer com maior frequência e amplitude ao desconsiderar-se uma série de problemas presentes no crescimento da sociedade capitalista.

Segundo Van Bellen (2006) é preciso observar que esses desastres esporádicos e localizados são proporcionalmente menores que os danos que vêm sendo causados cumulativamente ao meio ambiente durante vários anos sucessivos de degradação.

Desta forma, embora os desastres ambientais possam ser considerados o principal motivo pelo qual as discussões ambientais tiveram início, é necessário sublinhar que a degradação que o ambiente vem sofrendo não foi causada apenas por eles, mas por sucessivas degradações ao longo do tempo.

Assim, na próxima seção deste trabalho serão analisados alguns dos principais problemas ambientais do planeta atualmente.

1.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os problemas ambientais, apesar de afetarem diretamente o ecossistema, atuaram como um dos principais responsáveis pela mobilização da população em relação aos perigos a que o meio ambiente está exposto.

Coelho (2009) ressalta que, de acordo com uma análise realizada pela UNEP (United Nations Environment Programme – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), existem 12 problemas ambientais que, atualmente, preocupam a civilização.

O primeiro deles é o problema do crescimento demográfico rápido e não-planejado; este fator, somado aos avanços tecnológicos, contribui para que o consumo dos recursos naturais aumente, devido às modificações nos padrões de consumo.

A urbanização acelerada também é considerada um problema ambiental, pois a concentração populacional em áreas urbanas sem a infra-estrutura necessária traz consequências de âmbito ecológico, econômico e social.

O desmatamento florestal causa problemas como erosão, diminuição da biodiversidade, queda na produtividade dos solos, assoreamento de corpos hídricos, dentre outros.

A poluição marinha, ocasionada pela descarga de esgotos domésticos e industriais, por grandes acidentes ecológicos – como no naufrágio de navios petroleiros e/ou vazamentos em plataformas de petróleo – vem aumentando e colocando em risco a biodiversidade marinha.

A poluição do ar e do solo, devido, principalmente, aos gases emitidos por indústrias e automóveis, pela disposição indevida de resíduos e pelo uso indevido de herbicidas e agrotóxicos na agroindústria.

A poluição e eutrofização de rios, lagos e represas, provenientes de centros urbanos e atividades agroindustriais deterioram a qualidade da água que deveria ser utilizada para o consumo.

Outro problema existente é o da perda da diversidade genética, isto é, a extinção de espécies animais e a diminuição da variabilidade da fauna e da flora. A biodiversidade e seus recursos são fundamentalmente importantes para os futuros desenvolvimentos tecnológicos.

Conforme Coelho (2009), a construção de grandes obras civis, como hidroelétricas e canais, também pode ser considerada um problema ambiental da humanidade, pois acarreta impactos negativos terrestres e aquáticos, de difícil mensuração.

A concentração dos gases do efeito estufa na troposfera terrestre causa o aquecimento global, que pode trazer conseqüências diferentes e cumulativas para a Terra.

O aumento progressivo das necessidades energéticas causa vários problemas ambientais, pois se consome mais combustíveis fósseis e há a necessidade de construção de hidroelétricas e usinas nucleares, que por si só causam impactos ambientais.

A produção de alimentos e a agricultura causam impactos porque consomem muita energia e as áreas de plantio avançam desmatando as florestas.

O último problema citado por Coelho (2009) é a falta de saneamento básico, pois isto faz com que proliferem doenças, além de ser o principal responsável pela poluição hídrica.

Sobre esses 12 principais problemas ambientais que preocupam a população, vale mencionar que são intrínsecos ao processo capitalista, o qual afeta diretamente o meio ambiente, provocando em muitos casos efeitos irreversíveis ou de difícil recuperação, como bem lembram Bernardes e Ferreira (2009):

[...] Hoje os riscos produzidos se expandem em quase todas as dimensões da vida humana, abrigando-nos a rever a forma como agimos sobre o meio natural e as próprias relações sociais, obrigando-nos a questionar os hábitos de consumo e as formas de produção material. Muitas vezes a consciência dos riscos provocados pelas novas tecnologias no ambiente natural se torna alarmista, mas ninguém pode negar a gravidade da situação. (BERNARDES; FERREIRA, 2009, p. 28)

Nessa linha de pensamento de Bernardes e Ferreira (2009), pode-se dizer que esses problemas sublinhados acima correspondem ao abuso capitalista da ciência e da tecnologia, que, se fossem utilizadas corretamente, significariam a emancipação do homem. Desta forma, a ciência moderna gerou um espaço em que a dominação da natureza está vinculada a dominação dos homens.

Todos os problemas mencionados anteriormente causam impactos no meio ambiente e preocupam a sociedade, pois suas consequências são graves ameaçadoras do ecossistema, e podem comprometer o modelo de desenvolvimento que é seguido. Isso motivou diversas nações a realizarem um debate global sobre esse modelo e suas reais consequências para a humanidade, na tentativa de propor outro caminho como diretriz a ser seguido pelos países. Essa proposta será analisada a seguir.

1.4 CONSTRUÇÃO DE ACORDOS DIPLOMÁTICOS

Segundo Dias (2006), as preocupações com o processo de degradação ambiental já eram apresentadas anteriormente por alguns pensadores, mas foi na segunda metade do século XX que essas preocupações foram percebidas por uma parcela maior de pessoas.

Na década de 70, houve a criação de várias organizações internacionais que tinham como objetivo discutir os problemas ambientais de maneira global. Também foi nesta década que surgiram os primeiros movimentos ambientais organizados e a preocupação com estes temas por parte do sistema político.

No ano de 1972, o Clube de Roma, uma associação que, segundo Van Bellen (2006), era formada por políticos e empresários preocupados com as questões mundiais, publicou um estudo chamado “The limits to growth”, que apresentava o crescimento dos problemas ligados ao meio ambiente de forma exponencial.

Sobre este estudo, Meadows (1973) defende que, se os mesmos níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos

recursos naturais vigentes na época fossem mantidos, em cem anos o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, o que provocaria uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial.

No mesmo ano, conforme Dias (2006), ocorreu a Conferência de Estocolmo, na Suécia, em que representantes dos países desenvolvidos se reuniram com o objetivo de estabelecer limitações ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, argumentando a necessidade da preservação dos recursos naturais.

Deste encontro originou-se a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Trata-se do primeiro conjunto de leis internacionais que visava desde estratégias políticas e governamentais até projetos e intervenções de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Levando em consideração as indicações da Conferência de Estocolmo, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com a intenção de coordenar as questões ambientais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na década de 1980, as discussões sobre os problemas ambientais e sociais aumentaram, porém nesta época a questão social passou a ser a principal preocupação.

Em 1982, a Assembléia Geral das Nações Unidas divulgou a “Carta Mundial da Natureza”, que disseminou o princípio de que cada vida é única e deve ser respeitada, sem levar em consideração seu valor para a humanidade. Esta carta também falava sobre a importância de haver controle sobre a exploração do meio ambiente.

De acordo com Dias (2006), o PNUMA em 1983 criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que ficou conhecida como Comissão de Brundtland, para que os problemas mais críticos do meio ambiente e do desenvolvimento do planeta fossem revistos e pudesse se formular soluções realistas para eles.

No ano de 1987, esta comissão apresenta o relatório “Nosso Futuro Comum”, onde estavam as primeiras conceituações oficiais, formais e sistematizadas sobre o desenvolvimento sustentável, que será debatido no próximo tópico.

No ano de 1992, aconteceu no Rio de Janeiro uma conferência com representantes de 179 países, chamada de Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92. Nesta reunião foram estabelecidos direitos e obrigações tanto individuais, como coletivos, com o intuito de atingir o desenvolvimento sustentável.

Neste evento também foi aprovada a Agenda 21, que visa o emprego de ações que englobem crescimento econômico, justiça social e proteção ao meio ambiente.

Em setembro de 2000, com o intuito de promover ações em prol do combate a um quadro social preocupante, aconteceu a Cúpula do Milênio, em que representantes de 189 países firmaram um acordo focado no combate a pobreza e a fome no mundo.

A Declaração do Milênio, documento proveniente da Cúpula do Milênio, estabelece oito objetivos, conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cada um deles apresenta suas metas e indicadores. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são: Erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Em 2002, em Johannesburgo, aconteceu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDs). Esta tinha por objetivo verificar as metas e os acordos fixados na Rio-92. Por isso esse encontro também é conhecido como Rio+10.

Nessa reunião foi estabelecida a Declaração de Johannesburgo, que pontuou cinco prioridades: água e saneamento, biodiversidade, energia, saúde e agricultura.

Todos os esforços mundiais em prol da diminuição da degradação do ecossistema se fazem necessários devido à gravidade dos problemas ambientais. É necessário que os padrões de consumo e de relacionamento internacionais mudem, levando em consideração que a conservação do meio ambiente e a melhora na qualidade de vida são essenciais para a continuidade da civilização humana.

1.5 A ORIGEM DO TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quando se observa, segundo Neder (1995), a dinâmica da modernização e industrialização da economia brasileira nos anos de 1980, depara-se com um período ditado por um paradigma desenvolvimentista, que objetivava o crescimento econômico, desconsiderando os custos sociais e ambientais dele decorrentes. O resultado desse processo foi um cenário de miséria e degradação socioambiental. Como exemplo particular, o caso brasileiro ilustra a distância entre progresso e qualidade de vida, e a dificuldade de compatibilizar os objetivos socioeconômicos, culturais, político-institucionais e ambientais numa mesma dinâmica de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Trata-se, sem dúvida, de um grande desafio e, ao analisar a bibliografia que trata da temática ambiental, encontram-se vários autores que se debruçaram sobre esse tema, tais como: Maurice Strong, Ignacy Sachs, José Eli da Veiga, Ricardo Neder, Enrique Leff, Hector Leis, dentre outros. Autores que buscaram debater sobre um modelo de desenvolvimento que traz em seu interior a meta de compatibilizar os valores do meio ambiente e os valores sociais com os valores do desenvolvimento econômico. O que há de comum nesses autores é o registro da urgência de repensar o modelo de desenvolvimento convencional que vem sendo adotado.

Com o passar do tempo, tratar a questão da pobreza tornou-se fundamental, pois lidar com a qualidade de vida dos seres humanos está diretamente ligado às questões ambientais.

É notável o aumento participativo da sociedade civil nesse debate nas décadas de 1970 e 1980. Porém, há a dificuldade de institucionalizar uma democracia genuinamente participativa, tanto na esfera local quanto nas esferas nacional e global. No que concerne aos valores socioeconômicos, na tentativa de retirar grande parte da população da linha da pobreza para, em seguida, inseri-la em cenários culturais e ambientais, Sachs afirma haver a necessidade de remover obstáculos que impedem uma visão a longo prazo:

Esses obstáculos são principalmente de natureza política e institucional. Muitas vezes estão relacionados à má distribuição da posse e propriedade

de terras, à falta de uma reforma agrária adequada, à privatização das terras comunais, à marginalização dos habitantes das florestas, ou à exploração predatória dos recursos naturais com o objetivo de maximizar o lucro a curto prazo (SACHS, 1993, p. 39)

Para obter resultados satisfatórios nas estratégias socioambientais no meio urbano, um dos requisitos básicos é a construção de políticas ambientais formuladas com a participação ativa da população local, estimulando a iniciativa e a criatividade da comunidade, e, em lugar de políticas de cunho assistencial, oferecer políticas de capacitação eficazes (SACHS, 1993). Na realidade, o autor não está negando o valor das políticas de cunho assistencial, está, sim, preocupado com estratégias inovadoras e pró-ativas que sejam projetadas e implementadas pela própria população, com o auxílio de políticas de capacitação, contrapostas às políticas impostas de “cima para baixo”.

Ainda sobre o tema, utilizando-nos dos escritos de Van Bellen (2006), pode-se afirmar que ocorreram vários desastres ambientais na Europa entre os anos de 1960 e 1980. Apesar de o autor fazer referência apenas aos desastres ocorridos na Europa, é necessário lembrar que no Brasil também ocorreram desastres ambientais nesse período.

Uma das maiores tragédias foi o incêndio de um oleoduto da Petrobrás, que passava sobre uma favela, conhecida como Vila Socó, no município de Cubatão, Estado de São Paulo. O acidente ocorreu no ano de 1984, ocasionando a morte de cerca de uma centena pessoas. Esse acidente fez a sociedade mundial enxergar Cubatão como o “Vale da Morte”, apelido adquirido também por causa da poluição industrial, marcada desde a década de 1970 (FERNANDES, 2006).

Tais desastres motivaram um aumento da conscientização mundial sobre essa temática e, por tratar-se de uma área até então pouco explorada, foram propostos muitos questionamentos acerca de qual tipo de desenvolvimento seguir. Foi nesse contexto que surgiu o “conceito” de eco desenvolvimento, lançado por Maurice Strong em 1973, e posteriormente desenvolvido por Ignacy Sachs.

Layrargues (1997) lembra que, sobre o ecodesenvolvimento, Maurice Strong defendia que cada nação do Sul pode viver sua própria modernidade, desenvolvendo sem perder sua originalidade. Strong acreditava em um modelo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do terceiro mundo, de tal forma que não comprometesse o esgotamento da natureza.

Entretanto, foi na década de 1980 que o economista Ignacy Sachs se apropriou do termo ecodesenvolvimento e o desenvolveu conceitualmente. Segundo ele, deveria se basear em três fatores: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Na realidade, Layrargues (1997) afirma que, no que tange ao ecodesenvolvimento, Sachs defende um sistema de desenvolvimento endógeno, ou seja, cada região poderá fornecer soluções específicas para seus problemas particulares, tendo como base seus dados ecológicos, culturais, suas necessidades imediatas e também aquelas de longo prazo. Nesse sentido, o ecodesenvolvimento apresenta-se como uma reação às soluções universalistas, generalistas e externas predominantes até então, oferecendo, em seu lugar, uma tentativa de dar a oportunidade à capacidade das sociedades humanas de encontrarem seus problemas e de oferecer soluções originais, sem negar a importância de experiências externas.

Foi então que, em 1987, a Comissão de Brundtland apresentou o relatório “Nosso Futuro Comum”, chamado também de Relatório de Brundtland, onde o termo desenvolvimento sustentável foi expresso pela primeira vez tal qual é utilizado atualmente.

Este relatório define desenvolvimento sustentável da seguinte maneira: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL..., 1988, p. 46). Esta interpretação influenciou a própria Constituição Federal de 1988, que assim dispôs, em seu artigo 225, sobre o direito ao meio-ambiente:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, p. 157)

Cabe fazer sobre esse acordo diplomático criado no Relatório de Brundtlandt algumas considerações. Primeiramente, como afirmam Viola e Leis (1995), há de se destacar seu caráter polissêmico, refletindo-se as visões e interesses manifestados por economistas, planejadores em desenvolvimento, agências internacionais, acadêmicos, ONGs, políticos e o público em geral. A

despeito de existir um consenso sobre fins e objetivos do desenvolvimento ambientalmente equilibrado, prevalecem divergências quanto aos meios e procedimentos para sua consecução. Conforme esses autores:

[...] o principal dilema atual do desenvolvimento sustentável nos parece que se encontra entre a necessidade de continuar ampliando e consolidando suas bases de sustentação político-social, a fim de transformar-se numa alternativa realista ao modelo de desenvolvimento dominante, e a necessidade de dar uma forte base científica a suas políticas, a fim de que também sejam realistas, ainda a risco de contradizer os pressupostos ideológicos de alguns setores de sua base político-social (VIOLA; LEIS, 1995, p.79)

Das interpretações do termo desenvolvimento sustentável depreendemos múltiplas dimensões de sustentabilidade, de difícil articulação científica, como, por exemplo: natural, social, econômica etc. Essas dimensões estão permeadas de valores ético-sociais de difícil aproximação mútua, provocando uma grande lacuna entre o campo do discurso e o campo da prática.

O processo de desenvolvimento sustentável envolve dois conceitos principais, o primeiro deles é sobre as necessidades, principalmente aquelas que são essenciais para a sobrevivência dos pobres. Estas devem ser priorizadas nas ações de todos os países. O segundo é que a tecnologia e a organização social causam prejuízos ao meio ambiente, o que acarreta problemas para atender às necessidades humanas.

Com as ações que contemplam o desenvolvimento sustentável, segundo Dias (2006), nasceram os principais objetivos das políticas ambientais e de desenvolvimento: promover o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; e incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisão.

O desenvolvimento sustentável implica mudanças nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas, englobando, desta forma, três dimensões: ser economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo.

Mas, apesar de muito utilizado, o termo desenvolvimento sustentável é interpretado de várias formas. Alguns julgam que é somente uma forma de

harmonizar desenvolvimento econômico com o meio ambiente, outros acham que constitui uma nova base para a sustentabilidade da civilização.

Diante de várias interpretações, é necessário estabelecer claramente a diferença entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, apesar de alguns autores tratarem esses dois termos como sinônimos. Há que se mencionar algumas diferenças sutis nas suas premissas. Como bem lembra Layrargues:

Enfim, enquanto o ecodesenvolvimento postula com relação à justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo o peso da responsabilidade da poluição da riqueza. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna, e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna, e ainda propõe a transferência de tecnologia como o critério de “ajuda” ao Terceiro Mundo. Enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas. (LAYRARGUES, 1997, p.6)

A partir de tal afirmação, ainda sob a ótica de Layrargues (1997), o desenvolvimento sustentável, sob a áurea de um novo modelo de desenvolvimento que representaria mudanças no sistema capitalista, acaba servindo de parâmetro para fortalecer o modelo neoliberal, que sob o signo de reforma, produz a ideologia de estarmos em tempos de mudanças.

O desenvolvimento sustentável tem a intenção de compatibilizar as vantagens econômicas, sociais e ambientais. Porém, a aplicação desse modelo de desenvolvimento pode acontecer apenas no plano teórico, ou ser aplicado em um processo de progresso econômico no plano prático. Tal escolha fica subordinada ao compromisso de dirigentes políticos, sociedade civil e empresariado de cada nação.

Até o momento, o que se pode perceber na prática é a impossibilidade de se conciliar o fator econômico, social e ambiental. O que se vê é a sobreposição de um sobre os outros, no caso, o fator econômico parece falar mais alto nos momentos decisórios. Visualiza-se, na realidade, uma preocupação em se preservar a ideologia hegemônica.

2 DILEMAS ATUAIS SOBRE O “CONCEITO” DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atualmente, existe na literatura acadêmica uma variedade de autores que utilizam de forma diversa o “conceito”¹ de desenvolvimento sustentável. O objetivo deste capítulo é realizar um breve relato sobre as interpretações crítico-científicas de alguns autores, tais como Ignacy Sachs, Roberto P. Guimarães, Gilberto Montibeller Filho, dentre outros, sobre o “conceito” de desenvolvimento sustentável.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DE IGNACY SACHS

Para Sachs (2004), o “conceito” de desenvolvimento trás consigo a responsabilidade da reparação das desigualdades sociais existentes no presente, e que tiveram sua origem marcada por explorações de colônias e domínio das metrópoles. Também é caracterizado por propiciar mudanças estruturais para a população.

No contexto histórico em que surgiu, a idéia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural. (SACHS, op. cit., p.13)

De acordo com Sachs (2004), desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, pois os objetivos daquele são mais amplos do que os deste,

¹ No presente trabalho, o desenvolvimento sustentável é apresentado como um “conceito” entre aspas, apesar de defender valores imprescindíveis para a atualidade e ser amplamente debatido por vários autores como um conceito, inclusive pelo economista Ignacy Sachs. Parte-se do entendimento de que este termo foi cunhado como um acordo diplomático, de cunho político, entre nações, no ano de 1987, e estabelecia orientações divergentes ao modelo de desenvolvimento que estava sendo implantado até então. Nesse sentido, entende-se “desenvolvimento sustentável” como um acordo diplomático. Sustenta-se também que o conceito de desenvolvimento, praticado como sinônimo de crescimento econômico, não necessitaria do adjetivo “sustentável” para atingir um planeta sustentável.

que se resumem em multiplicar recursos materiais. O desenvolvimento traz consigo a promoção da igualdade social e a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza.

Antes de aprofundar o entendimento de Ignacy Sachs sobre o termo desenvolvimento sustentável, objetivo deste tópico, vale lembrar o leitor de que este termo possui interpretações divergentes, dentre as quais foi possível contemplar algumas no primeiro capítulo. Assim, é preciso sublinhar a diferença de um debate acerca de intenções teóricas e de práticas sustentáveis.

O que se pretende dizer é que, apesar das diferenças de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, já demonstradas a partir da perspectiva de Layrargues (1997), assim como sua defesa pelo ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs se propôs a desenvolver este termo até chegar ao desenvolvimento sustentável com o intuito de alcançar um modelo de desenvolvimento mais justo para a sociedade. Entretanto, devido às imprecisões do termo, o sistema capitalista demonstrou-se suficientemente avançado ao ponto de parecer conseguir incorporar, no plano teórico, o “desenvolvimento sustentável” às suas necessidades práticas.

O objetivo aqui não é dizer qual desses dois termos é melhor, e sim demonstrar que qualquer alternativa de desenvolvimento que fuja do horizonte do sistema capitalista e que não esteja incorporada a ele, aparece como sinônimo de utopia.

Com o objetivo de avançar na pesquisa, convém demonstrar o entendimento de Ignacy Sachs sobre esse assunto, tendo como base seu importante papel nos espaços internacionais de debate. Quanto às possibilidades práticas desse importante debate teórico, ainda se apresenta como um objetivo a ser alcançado.

Desta forma, Sachs (op. cit.) afirma que o “conceito” de desenvolvimento sustentável é na verdade a junção da sustentabilidade social com a sustentabilidade ambiental, ou seja, é o “conceito” de desenvolvimento acrescido da dimensão ambiental.

Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. Ela nos

impede ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo. (SACHS, 2004, p.15)

Portanto, o desenvolvimento sustentável faz com que novas estratégias sejam pensadas, estratégias estas que precisam observar as necessidades ambientais e sociais do planeta, fazendo com que elas harmonicamente tragam benefícios para todos.

Este entendimento, no qual as questões sociais e ambientais são prioritárias ao crescimento econômico, também é compartilhado por Guimarães (2001).

Este novo estilo de desenvolvimento tem por norte uma nova ética do desenvolvimento, ética na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas. (GUIMARÃES, 2001, p.55)

Com isso, faz-se necessário que as questões referentes à utilização dos recursos naturais e à qualidade de vida da população sejam levadas em consideração antes das questões relacionadas com o desenvolvimento econômico, ou seja, é preciso priorizar as questões naturais e sociais.

De acordo com Sachs (2004), o “conceito” de desenvolvimento sustentável é regido por cinco fatores principais, chamados pelo autor de “pilares do desenvolvimento sustentável”. Os fatores são os seguintes: social, ambiental, territorial, econômico e político.

Segundo o autor, o pilar social é extremamente importante, pois ele abrange a visão de que as más situações sociais em muitos lugares do mundo estão relacionadas ao descaso das autoridades, frente à desigualdade social acumulada ao longo dos anos.

Concordando com isto, Montibeller Filho (2008) afirma que no pilar social o processo deve acontecer de forma que as diferenças sociais sejam significativamente reduzidas.

Para Sachs (2004), a questão ambiental, considerada o segundo pilar, é importante por causa de suas duas dimensões: a de fornecedor de recursos

para a sustentação da vida e a de agente receptor dos resíduos que voltam para a natureza.

O pilar territorial está ligado à distribuição espacial de recursos naturais, da população e das atividades desenvolvidas. É nessa questão que estão caracterizados a má distribuição de terra e o crescimento urbano desordenado.

A questão econômica é importante, pois é ela que viabiliza o acontecimento dos fatos. “Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam” (SACHS, 2004, p.15)

Segundo Montibeller Filho (2008), para mensurar a eficiência da economia deve-se dar ênfase em critérios macrossociais, ou seja, deve-se avaliar qual a amplitude social dos benefícios.

O último pilar, de acordo com Sachs (2004), é o político, um governo democrático é de extrema importância para viabilizar os acontecimentos.

Esses cinco pilares formam um conjunto de ações que, quando progredem simultaneamente, são capazes de reger a evolução do desenvolvimento sustentável, trazendo benefícios para a população e também para a natureza.

O primeiro passo para que o desenvolvimento sustentável seja instalado é o gerenciamento das crises, acontecendo a partir de mudanças de padrões, onde o crescimento deve ser baseado na geração de emprego para as populações locais e a utilização dos recursos locais disponíveis, e não na utilização de recursos que aumentam a dívida externa.

A transição para o desenvolvimento sustentável começa com o gerenciamento de crises, que requer uma mudança imediata de paradigma, passando-se do crescimento financiado pelo influxo de recursos externos e pela acumulação de dívida externa para o do crescimento baseado na mobilização de recursos internos, pondo as pessoas para trabalhar em atividades com baixo conteúdo de importações e para aprender a “*vivir com lo nuestro*”. (SACHS, 2004, p.17)

Faz-se necessário, para que haja uma mudança rumo ao desenvolvimento sustentável, que as visões sobre crescimento mudem. Elas devem ser voltadas para as pessoas e para os recursos internos disponíveis no local.

Guimarães (2001) defende que o crescimento econômico, apesar de muitas vezes ser considerado o fator pelo qual o desenvolvimento sustentável é ignorado, também se faz necessário para as mudanças deste tipo de desenvolvimento.

[...] o paradigma da sustentabilidade pressupõe que o crescimento, definido como incremento monetário do produto e tal como o temos experimentado, constitui um componente intrínseco da insustentabilidade atual. Por outro lado, para que o desenvolvimento exista são necessárias, mais do que a simples acumulação de bens e serviços, mudanças qualitativas na qualidade de vida e felicidade das pessoas, aspectos que, mais que as dimensões mercantis transacionais no mercado, incluem dimensões sociais, culturais, estéticas e de satisfação de necessidades materiais e espirituais. (GUIMARÃES, 2001, p.56)

O crescimento econômico não deve ser tratado apenas como meio de acúmulo de capital; ele deve ter a principal finalidade de viabilizar a melhora na qualidade de vida das pessoas e proporcionar a instalação do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável, sob a ótica de Ignacy Sachs, é mais do que simplesmente um conceito, é uma ferramenta que tem sua evolução e o seu tratamento voltados para o benefício tanto da humanidade como da natureza.

É possível perceber o empenho de autores como Ignacy Sachs, Roberto Guimarães e Gilberto Montibeller Filho sobre as questões que permeiam o desenvolvimento sustentável. Entretanto, cabe questionar, frente à globalização, em que fronteiras internacionais são desconsideradas em prol da mundialização da economia capitalista, como será dado o primeiro passo rumo ao desenvolvimento sustentável, uma vez que, segundo Sachs (2004), ele se baseia na valorização dos recursos locais e não na utilização de recursos externos.

Frente à dificuldade de se compatibilizar as ações dos cinco pilares do desenvolvimento sustentável apresentados neste tópico, é possível revelar a fragilidade do “conceito”, tendo em vista que o pilar econômico vem demonstrando sua superioridade frente aos outros pilares, apresentando-se como meio e finalidade para o desenvolvimento capitalista. No entanto, apesar da dificuldade de se colocar em prática o paradigma de “desenvolvimento sustentável” postulado por Sachs (op. cit.), ele evidencia as desigualdades presentes no atual modelo de desenvolvimento, este praticado como sinônimo de crescimento econômico.

2.2 DEBATES SOBRE OS AVANÇOS E DESAVANÇOS NA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL

Como foi explorado no primeiro capítulo deste trabalho, o “conceito” de desenvolvimento sustentável começou a ser mundialmente utilizado na década de 1980, a partir de sua formalização em um documento intitulado “Nosso futuro comum”. Desde então, este “conceito” obteve grande visibilidade por parte da sociedade. Contudo, o conhecimento da população sobre desenvolvimento sustentável nem sempre condiz precisamente com o que ele pretende representar na realidade.

[...] as expressões desenvolvimento sustentável e sustentabilidade adquiriram muita visibilidade ao longo as últimas décadas, geralmente associadas ao que se supõe seja uma qualidade positiva atribuída a algum fenômeno, proposta ou prática social. Porém, esta fama está longe de corresponder a uma definição precisa sobre seus significados. (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2008, p. 08)

Desta forma, embora exista uma visão da sociedade sobre o desenvolvimento sustentável, é sabido que, em certos casos, ela pode não ser exatamente a esperada. Isto se deve ao fato de que o desenvolvimento sustentável, apesar de ser entendido como um “conceito” por vários autores é também, por sua vez, alvo de diferentes concepções.

O desenvolvimento sustentável (DS) é um conceito amplo e, devido a esta característica, permite apropriações diferenciadas e ideologias por segmentos sociais de interesse. Sua proposição básica de eficiência econômica, associada à eficácia social e ambiental, que significa melhoria da qualidade de vida das populações atuais sem comprometer as possibilidades das próximas gerações, constitui padrão normativo almejado pela maioria das sociedades humanas, na atualidade. (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.23)

Assim, várias são as áreas da sociedade que se utilizam deste “conceito” devido a sua amplitude e flexibilidade, pois ele se enquadra nos objetivos de variados segmentos sociais.

É possível verificar que existem diferentes percepções sobre o que vem a ser o desenvolvimento sustentável. Isto ocorre principalmente porque este termo passou a ser considerado um campo de disputa em várias esferas da sociedade.

De acordo com Wolfgang Sachs *apud* Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), pode-se separar o “conceito” de desenvolvimento sustentável em três perspectivas distintas: a perspectiva da competição, a perspectiva do astronauta e a perspectiva doméstica.

Na perspectiva da competição, dois fatores são levados em consideração: o primeiro é que as maiores ameaças ao desenvolvimento sustentável estão concentradas nos países conhecidos como “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, visto que, segundo Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), na atualidade é esperado que deles emanem os maiores riscos ambientais, como a pobreza e o perigo de desestabilização mundial. Desta forma, a resolução dos problemas de sustentabilidade se concentraria em resolver os problemas destes países.

O segundo fator mencionado pela perspectiva da competição é que os termos econômicos seriam guiados a agir em prol da questão ambiental e da alocação eficiente de recursos. Desta forma, os agentes econômicos dominantes na esfera mundial contribuiriam para a resolução dos problemas nos países “em desenvolvimento”.

Ou seja, nesta perspectiva a ecologia e a economia seriam consideradas compatíveis, e a segunda estaria oferecendo os meios para a solução dos problemas apresentados pela primeira.

A segunda perspectiva, intitulada por Wolfgang Sachs *apud* Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), como perspectiva do Astronauta, leva em consideração que a questão da “insustentabilidade” não deve ser tratada como algo proveniente de um país ou de um grupo de países isoladamente, e sim deve ser tratada com um fator global que afeta todo o planeta e a sua população.

Nesta perspectiva, as intervenções para solucionar os problemas do planeta seriam provenientes das esferas políticas e científicas, e estariam abrangendo todo o globo, não somente os países “em desenvolvimento”, como na primeira perspectiva. Diferentemente da perspectiva anterior, nesta as soluções não viriam através do poder econômico enquanto agente articulador de mudanças, mas sim através de planejamentos racionais das condições planetárias, como os acordos diplomáticos globais.

Na terceira e última perspectiva, denominada perspectiva doméstica, o foco passa a ser, principalmente, a subsistência das populações afetadas pela crise ecológica. Ela afirma que o excessivo consumo de recursos naturais por uma pequena parcela da população mundial, geralmente habitantes de países “desenvolvidos”, compromete o aumento da qualidade de vida de uma grande parte

da humanidade que, normalmente, consome muito escassamente os recursos naturais e sofre as maiores consequências de um consumo global exagerado.

Nesta perspectiva, os esforços têm o intuito de conciliar o desenvolvimento econômico com a justiça e a equidade social. O objetivo principal é fazer com que os países “desenvolvidos” diminuam o consumo de recursos naturais, permitindo desta forma que as sociedades mais pobres consigam se desenvolver sem comprometer ainda mais a sustentabilidade do planeta.

É comum a estas três perspectivas a intenção de intervir no problema de sustentabilidade que as sociedades causaram ao planeta. Porém, cada uma delas aponta para uma causa diferente e, conseqüentemente, apontam para resoluções distintas.

Perante essas três perspectivas apresentadas, pode-se visualizar a complexidade da temática ambiental. Percebe-se, a partir da ótica da perspectiva da competição, uma tentativa de atribuir aos países “em desenvolvimento” a responsabilidade dos problemas ambientais da atualidade, ou seja, uma corrente que, pautada nos agentes econômicos dominantes, pretende atribuir aos países “menos desenvolvidos” os encargos ambientais oriundos do modelo industrial dos países considerados “desenvolvidos”. E se não bastasse os problemas causados pelo sistema capitalista, propõe-se soluções através da mesma ótica.

Na perspectiva do astronauta, nota-se a preocupação com os recursos do planeta. Entretanto, apesar de não atribuir a responsabilidade dos problemas ambientais aos países “em desenvolvimento”, ela tenta socializar indistintamente as responsabilidades desses problemas. Não evidencia claramente quem são os maiores causadores desses impactos e ainda deposita sua confiança no poder econômico como agente articulador das mudanças.

Já a perspectiva doméstica, embora de difícil implementação, traz para a discussão uma problemática pouco apresentada nos debates internacionais. Demonstra quais são os grandes poluidores e os principais exploradores dos recursos naturais, propondo, em seguida, que a responsabilidade de uma nação seja proporcional aos problemas causados por ela. Assim, de uma forma justa, um país “em desenvolvimento” não poderá pagar pelos problemas ambientais proporcionados pelo sistema econômico dos países “desenvolvidos”.

Klaus Frey (2001) também faz uma análise sobre diversas concepções do desenvolvimento sustentável através de três abordagens, porém

utilizando a ótica político-administrativa do papel do Estado e do potencial democrático que as concepções apresentam.

A primeira dimensão é a abordagem denominada de “Econômico-Liberal de Mercado”, que mostra que o mercado atua como regulador do desenvolvimento, e se baseia na crença da redução da pobreza e no alcance do desenvolvimento compatível com as exigências ambientais através do crescimento econômico. Ou seja, a preocupação com o desenvolvimento econômico aparece em primeiro plano.

Ainda dentro dessa visão, Frey (2001) faz uma breve crítica ao caráter impreciso e limitado da definição de desenvolvimento sustentável elaborado pelo Relatório Brundtlandt, afirmando que este “não oferece propostas concretas referentes a uma modificação dos mecanismos de decisão e das condições de poder nos foros nacionais e internacionais” (FREY, op. cit., p.4), conceituação que abre margem para que teóricos liberais se utilizem desse relatório para defender um modelo de desenvolvimento pautado na priorização econômica.

A segunda abordagem trazida pelo autor é denominada de “Ecológico-Tecnocrata de Planejamento” e, como o próprio título já diz, defende a superação dos problemas ambientais por meios gerenciais, valorizando a “expertise” profissional dos mais capacitados, numa perspectiva reformista e tecnocrata. Nessa visão, idealiza-se a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e preservação dos recursos naturais.

Nessa perspectiva de planejamento, defende-se um governo forte e centralizador, já que o povo é imaturo e incapacitado para debater sobre o melhor andamento da sociedade. Percebe-se que, diferentemente da visão anterior, aqui o Estado aparece com papel primordial, e as instituições devem atuar de forma impositiva e intervencionista, no primado da sustentabilidade ecológica.

A terceira perspectiva, a mais plausível, segundo Frey (op. cit.), é denominada “Abordagem Política de Participação Democrática”, a qual parte do pressuposto de que o homem e a sociedade devem estar no centro da reflexão. Quando se trata da superação dos conflitos de distribuição e da criação de justiça social, ressalta-se a importância da dimensão política, em que se visualiza, através de referenciais teóricos como Jürgen Habermas, um espaço público em que vigoram procedimentos democráticos, com forte participação civil na resolução dos problemas sociais.

É a partir da análise desse contexto teórico amplo que Frey (2001) faz suas inferências, afirmando que é necessária a junção entre as diversas forças do movimento ambiental, mesmo com conflitos, e a intensificação de processos de aprendizagem de uns com os outros para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Com isso, as três abordagens analisadas por Frey (op. cit.) apresentam o objetivo único de proporcionar o desenvolvimento sustentável. Todavia, cada uma delas ilustra uma forma essencialmente diferente de alcançar esse objetivo.

Já o economista Henri Acselrad (1999) analisa o desenvolvimento sustentável através de variáveis que ele denomina “matrizes discursivas”, baseado nas noções lançadas ao debate público desde o Relatório Brundtland. As principais dentre elas, segundo o próprio autor, são: matriz da eficiência, matriz da escala, matriz da equidade, matriz da auto-suficiência e matriz da ética.

A matriz da eficiência tem a intenção de promover a diminuição do desperdício da base material do desenvolvimento. A matriz da escala procura estabelecer um limite ao crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais que ele utiliza.

A terceira matriz, da equidade, age em prol da justiça e da ecologia. A matriz da auto-suficiência prega o desatrelamento de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos globais como solução para garantir a capacidade própria das comunidades. A matriz da ética, a partir de um debate sobre os valores de bem e de mal, defende a interação entre a base material do desenvolvimento com as condições de preservação na natureza e da espécie humana.

É possível perceber que essa suposta imprecisão do “conceito” de sustentabilidade indica que ainda não há hegemonia entre os diferentes discursos apresentados. E como o próprio Acselrad (op.cit.) ressalta, são discursos em disputa por uma expressão mais legítima.

É possível avaliar que todos os autores até aqui apresentados indicam como metodologia para atingir o desenvolvimento sustentável um conjunto de diferentes perspectivas. Algumas complementares, como o caso das “matrizes discursivas” propostas por Acselrad (1999), e outras totalmente divergentes, como, por exemplo, as três perspectivas expostas por Wolfgang Sachs.

De igual forma, Costa Lima (1997) discorre sobre as diferentes responsabilidades, estratégias e métodos para chegar ao desenvolvimento

sustentável. O autor demonstra uma divisão em três visões distintas para fazer essa análise: visão estatista, visão comunitária e visão de mercado.

Na visão estatista a qualidade ambiental é considerada um bem público. Desta forma, cabe ao Estado normatizar, regular e promover a qualidade ambiental, deixando as demais esferas sociais em segundo plano.

A visão comunitária defende que é fundamentalmente importante para atingir o desenvolvimento sustentável que a democracia e a participação social sejam o principal agente motivador e transformador.

Por sua vez, a visão de mercado acredita que as relações entre produtores e consumidores são o principal meio para regular a sustentabilidade do desenvolvimento.

Estas três visões nas quais Costa Lima (1997) trabalha diferenciam-se, principalmente, por apresentarem agentes fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, cabe fazer aqui algumas considerações sobre suas visões, uma vez que em cada visão é atribuído a uma esfera da sociedade (Estado, sociedade civil e mercado) o papel dominante. A questão que pode ser levantada é: não seria mais plausível atribuir às três esferas responsabilidades iguais? Ou, ao menos, não estabelecer relações de predominância entre uma esfera e outra.

Enfim, Costa Lima (op. cit.) sabe da complexidade e indefinição da sustentabilidade, assim como reconhece que é um campo ainda a ser desvendado, mas possui o entendimento de que:

Os maiores desafios talvez se concentrem no processo de materialização da sustentabilidade, ou seja, na transformação da filosofia e do discurso em ação e realização. O sonho de uma sociedade sustentável que integre e respeite as necessidades humanas e os limites da natureza, é não só desejável como necessário mas, persiste o desafio de como torná-lo real. Nesse processo encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador [...]. (COSTA LIMA, 1997, p. 20)

Assim, várias definições sobre o “conceito” de desenvolvimento sustentável foram apresentadas, mostrando que existem diferentes classificações e perspectivas que esse tema pode abranger; o que evidencia que não há um

consenso acerca dele e, tampouco, sobre as suas abordagens na comunidade científica.

Em síntese, podemos observar que se não existe uma única definição de desenvolvimento sustentável, tampouco existe muito consenso sobre como classificar as diferentes perspectivas – embora haja alguns elementos e conceitos recorrentes em todas elas. (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2008, p. 65)

Desta forma, pode-se observar que há várias definições para o desenvolvimento sustentável, assim como também não existe uma única forma de apresentar suas modalidades.

Porém, além das perspectivas sobre o “conceito” de desenvolvimento sustentável também é possível observar a existência de debates sobre temas que acirram ainda mais essa discussão.

De acordo com Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), os debates atuais sobre o desenvolvimento sustentável acontecem, fundamentalmente, em torno de quatro questões: consumo, externalidades, território e mercado.

É praticamente um consenso nas discussões atuais sobre desenvolvimento sustentável, segundo Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), que a redução no consumo faz-se necessária. Porém, o impasse se concentra em questões como quem deve reduzir esse consumo e quais impactos distributivos dos recursos ambientais se pretende alcançar.

Nesta questão, a problemática apresenta-se no fato da humanidade não consumir os recursos naturais de forma homogênea, ou seja, países apresentam diferentes níveis de consumo, porém, dentro dos países, o consumo das populações também se diferencia.

[...] cerca de 1, 2 bilhões de pessoas, logrou entrar no mercado de massas do capitalismo afluente. Esta parcela de 20% da humanidade é responsável por cerca de 80% do consumo anual de energia e recursos do planeta, sendo também responsável pela produção de cerca de 80% da poluição, inclusive daqueles processos que geram riscos globais. (PÁDUA, 2003, p.11)

Como se pode observar existe uma disparidade de consumo de recursos naturais e também da degradação deles no planeta, uma minoria é responsável por uma grande parcela disto.

Assim, na perspectiva de Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), a redução nos padrões de consumo poderia ser realizada de uma forma não homogênea, a partir do necessário uso equitativo dos recursos ambientais do planeta, o que acarretaria propostas alternativas de desenvolvimento. Proposta que se aproxima da perspectiva doméstica defendida por Wolfgang Sachs, apresentada anteriormente.

A segunda questão levantada por Scotto, Carvalho e Guimarães (2008) é a externalidade, que de acordo com Acsehrad “[...] são os danos causados por alguma atividade a terceiros, sem que esses danos sejam contabilizados e repassados ao preço final do produto”. (ACSELRAD, 1994, p.131)

O debate consiste justamente na proposta da destinação de um valor monetário aos danos negativos que atividades produtivas possam causar ao meio, ou seja, a transformação de aspectos sociais, culturais e históricos contidos na problemática ambiental, em aspectos econômicos. A questão é como atribuir um custo social fictício, no sentido econômico, para um determinado impacto ambiental, como exemplificam Scotto, Carvalho e Guimarães (op. cit.).

Uma empresa cuja atividade econômica polua o ar, causando danos à saúde de alguns animais e/ou seres humanos, não contabiliza tais efeitos em seus custos e, sendo assim, não os incorpora nos preços dos seus produtos. Dessa forma, argumenta-se que algumas atividades apresentam “custos sociais” (problemas à saúde de alguns sujeitos, por exemplo) maiores que seus “custos privados” (decorrentes, simplesmente, da atividade econômica em si mesma). (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, op. cit., pp. 77-78)

A discussão está embasada principalmente na dificuldade de converter questões fundamentalmente qualitativas, como, por exemplo, a poluição do ar e seus efeitos à população, em algo mensurável, isto é, quantitativo.

O terceiro item é constituído dos territórios. Atualmente, de acordo com Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), vários territórios podem ser pensados, articulados, disputados e conquistados, pois existem grupos sociais diferenciados que procuram a apropriação de territórios. Os interesses de certos grupos podem se harmonizar com o desenvolvimento sustentável, todavia, outros grupos podem apresentar interesses que são opostos a esse “conceito”.

Para finalizar, a última questão levantada por Scotto, Carvalho e Guimarães (2008) é o mercado, ou seja, a existência da necessidade de aliar o desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento capitalista.

Nesta questão o impasse concentra-se na atual situação em que o consumo encontra-se. Se a eficiência do mercado e da tecnologia continuarem se apresentando da mesma forma que hoje, a construção de sociedades sustentáveis dificilmente acontecerá. Desta forma, seria necessária uma modificação nos modos de vida atuais e nas relações sociais, o que afetaria diretamente o desenvolvimento capitalista.

Assim, verifica-se que as discussões que permeiam a ótica do desenvolvimento sustentável atualmente ainda são ambíguas e não conseguem apresentar uma solução viável e prática para essa questão.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Acsehrad (2001) demonstra que a expansão, característica do sistema capitalista, resultou na destruição de formas sociais não-capitalistas de apropriação do território e de seus recursos, assim como os impactos sobre os recursos naturais. Tal processo de crescimento econômico apresentou como justificativa a necessidade de responder a determinadas demandas do progresso e do bem-estar.

Em meio a esse contexto, é comum ver o entendimento de desenvolvimento como sinônimo de riqueza, ou crescimento econômico, que há muitos anos vem sendo mensurado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). A importância desse capítulo é justificada, uma vez que se procura trazer para o centro do debate as inter-relações entre o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico.

3.1 DESENVOLVIMENTO: COMO ENTENDÊ-LO

Em meio a tantas interpretações acerca do paradigma do desenvolvimento sustentável, é indispensável para um debate crítico analisar o substantivo “desenvolvimento”, assim como quais ferramentas são utilizadas para medir o seu grau. Para contemplar tal objetivo, nada mais indicado do que iniciar a análise com base nos escritos do economista José Eli da Veiga, autor que se debruçou sobre o tema “desenvolvimento sustentável”.

Em primeiro lugar, Veiga (2010) afirma existirem três formas básicas de se explicar o que é desenvolvimento: duas mais simples e uma terceira que seria, para ele, a visão mais plausível.

A primeira delas é tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, utilizando-se de medidores, como, por exemplo, o PIB *per capita*, como indicadores de desenvolvimento.

A segunda resposta a essa indagação é tratar o desenvolvimento como sinônimo de ilusão ou mito, ou, como ressalta o autor, uma

manipulação ideológica. Nesse sentido, essas duas explicações mais simples preferem utilizar a expressão “crescimento econômico” ao invés de “desenvolvimento”, visto que nas referidas perspectivas trata-se de sinônimos.

Até 1960 não havia a necessidade de diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico, pois os países que se tornaram ricos nesse período alcançaram esse crescimento graças ao processo de industrialização.

Entretanto, segundo Veiga (2010), nos países tidos como semi-desenvolvidos a realidade apresenta-se de forma diferente, uma vez que o crescimento econômico presenciado nos anos de 1950 não se traduz necessariamente em maior acesso da população pobre aos bens materiais e culturais, como ocorreu nos países desenvolvidos, tendo em vista que o acesso à saúde e a educação de qualidade ainda é precário e não contempla toda a população. E a partir desse contraste inicia-se um debate em âmbito global acerca do sentido do vocábulo “desenvolvimento”.

Vale lembrar que até o final do século XX os manuais do paradigma da ciência econômica tratavam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. E, apesar de gerar algumas reações, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passa a ser firmado globalmente, a partir da década de 1990, como o indicador de desenvolvimento.

Com o intuito de sintetizar a postura de Veiga (2010) sobre a crítica feita à visão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, vale observar os seus próprios escritos.

Ninguém duvida que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa. E sob vários prismas a expansão econômica chega a ser bem mais intrigante que o desenvolvimento. (VEIGA, 2010, p. 56)

O economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi também estabelece uma equivalência entre a riqueza e o desenvolvimento – postura comum dos economistas tradicionais – e se utiliza da distribuição da população mundial pelo Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, no período de 1938 a 1983, para avaliar a mobilidade hierárquica de riqueza da economia capitalista mundial. Veiga (2010) critica veementemente essa posição adotada por Arrighi, por não apresentar uma

metodologia adequada que permita afirmar a impossibilidade de mudanças substantivas da hierarquia das nações tipificada pelo PNB *per capita* (VEIGA, 2010).

Apesar da crítica apontada por Veiga (2010) ao posicionamento de Arrighi, vale sublinhar que este autor parece trazer para o debate o ponto primordial de qualquer análise sobre desenvolvimento. Isto por que na sua perspectiva são apontados três grupos distintos de economia.

A saber, aquelas que atingem um nível superior de desenvolvimento e distribuição de renda, chamado de núcleo orgânico; outras não atingem patamares mínimos de acumulação e distribuição de renda e riqueza, sendo consideradas periféricas; e, por fim, aquelas que se situam entre estes dois patamares, e que vêm a caracterizar um grupo semi-periférico (ARRIGHI, 1998).

Na ótica de Arrighi (op.cit.), o desenvolvimento necessita da existência do subdesenvolvimento para que possa se perpetuar, isto é, o núcleo orgânico depende da periferia e da semi-periferia para manter-se em sua posição hegemônica, de modo que são formados três mecanismos principais de manutenção do *status quo*, a saber, trocas desiguais, transferências unilaterais de mão-de-obra e transferências unilaterais de capital.

Dessa forma, segundo Arrighi (op.cit.), a noção de subdesenvolvimento é posta como um estado transicional ou temporário, ou seja, a construção do conceito de desenvolvimento pressupõe que os periféricos e os semi-periféricos permaneçam nutrindo a expectativa de integrarem, num futuro próximo, o núcleo orgânico. Portanto, dentro dos países periféricos e semi-periféricos há, também, uma pequena parcela da sociedade que possui padrões de consumo equivalentes aos padrões dos países integrantes do chamado núcleo orgânico que serve de mantenedor da relação de forças internas.

Vale sublinhar que esse modelo de desenvolvimento prioriza os interesses privados (econômicos) frente aos bens coletivos (meio ambiente), o que acarreta em grandes impactos socioambientais. Como aponta Guimarães (2009, p. 84):

As idéias associadas a esse modelo de desenvolvimento são as da modernização e progresso, que crêem e professam um caminho evolutivo a seguir, tendo como referencial de sociedade “desenvolvida” aquelas que estão no centro do sistema capitalista, modelo hoje hegemônico em toda a parte do mundo com o fim da bipolaridade, ou seja, o grupo daqueles países ditos do norte.

Seguindo o pensamento desse autor, esse modelo de desenvolvimento além de manter a esperança de países periféricos atingirem patamares econômicos dos países orgânicos, como ressaltou Giovanni Arrighi, também é gerador de subdesenvolvimento.

Entretanto, na perspectiva de tratar desenvolvimento como quimera, Veiga (2010) prefere sublinhar posições de autores como o iraniano Majid Rahnema e o peruano Oswaldo de Rivero. Este último lembra que os economistas que possuem uma visão quantitativa do mundo confundem crescimento econômico com uma modernidade capitalista, ausente nos países em desenvolvimento. Assim, eles só percebem os fenômenos econômicos secundários, tais como o crescimento do PIB ou o mercado de exportações, desconsiderando por sua vez os aspectos qualitativos estruturais, culturais, sociais e ecológicos que estão intrínsecos a esse crescimento econômico.

A partir desse entendimento pode-se dizer que o autor procura demonstrar um terceiro caminho a ser seguido, que não vincule o desenvolvimento unicamente ao crescimento e, tampouco, à ilusão. O autor reconhece os progressos científicos e técnicos do século XXI, mas também se preocupa com o desemprego em massa e as desigualdades crescentes.

Para explicar seu entendimento sobre desenvolvimento, Veiga (2010) se utiliza dos escritos de Ignacy Sachs e também dos relatórios anuais elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De acordo com Veiga (op. cit.), Ignacy Sachs demonstra preocupação com os aspectos qualitativos do desenvolvimento, de forma que este desperte as capacidades dos indivíduos, assim como seus talentos e suas imaginações em busca da felicidade, por meio de esforços conjuntos e individuais. Assim, a produção de meios de vida não pode ser oriunda da exploração desumana do trabalhador e de padrões subumanos de moradia.

Essa posição de Ignacy Sachs foi analisada no capítulo anterior, e demonstra a preocupação por parte desse autor com os padrões desumanos de crescimento econômico, propondo-se a desenvolver um “conceito” que consiga, apesar de suas limitações, contemplar as esferas econômica, social e ambiental ao mesmo tempo.

Já a explicação de desenvolvimento a partir da ótica do PNUD demonstra que as pessoas devem ter as possibilidades de viver o tipo de vida que escolheram. Essa idéia, segundo o autor, vai desde os direitos humanos até o aprofundamento da democracia.

Entretanto, apesar de apresentar essas duas explicações de desenvolvimento, Veiga (op. cit.) aponta que Celso Furtado é o autor que melhor sintetizou a idéia de desenvolvimento. Para entender melhor essa explicação é importante recorrer aos escritos de Furtado (2004) acerca desse paradigma.

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p. 484)

Furtado (2004) defende que o desenvolvimento não se resume a apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, e sim deve ser entendido como um caminho de acesso a formas sociais mais adequadas a estimular a criatividade humana em prol das aspirações coletivas.

Nesse sentido, Veiga (2010) e Furtado (2004) compartilham da idéia de um desenvolvimento que traga em seu cerne um projeto social adequado às populações mais pobres, de forma que contemple as esferas do trabalho, moradia, cultura e ambiental. Esse seria um modelo de desenvolvimento que não se confundiria com o simples crescimento econômico e tampouco com uma manipulação ideológica ou mito.

Perante o debate sobre como entender o desenvolvimento, faz-se necessária a compreensão de como se deve medir o desenvolvimento, bem como quais são suas limitações. Esse parece ser mais um complicador para os comprometidos com o tema, tendo em vista que apresentar dados quantitativos de aspectos muitas vezes qualitativos e complexos, como, por exemplo, felicidade, liberdade, dentre outros, parece ser no mínimo um desafio.

Veiga (2010) sublinha que há interesse em criar um medidor de desenvolvimento. Uma das iniciativas partiu do paquistanês Mahbud ul Haq,

arquiteto do *Relatório sobre o desenvolvimento humano* publicado pelo PNUD desde 1990, com a ambição de criar um indicador sintético que pudesse fornecer aos usuários um medidor de desenvolvimento, o que fez com que tal indicador fosse nomeado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mahbud preocupava-se em criar um índice que pudesse diferenciar da renda *per capita* sem precisar recorrer a uma série de tabelas complexas. Entretanto, a tentativa esbarra numa solução no mínimo precária.

Nessa perspectiva de tentar encontrar um indicador que melhor qualifique a taxa de desenvolvimento, o PNUD reconhece que o IDH é um marco de partida, através do qual se pode “sintetizar” as necessidades primordiais das pessoas, como, por exemplo, ter uma vida longa e saudável, ter conhecimento, obter acesso necessário a um padrão de vida digno e ter a capacidade de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2010).

No desenrolar dessa tentativa, segundo Veiga (op. cit.), o próprio PNUD compreende a impossibilidade de sintetizar esses valores humanos, o que provocou a criação de vários índices paralelos, índice da liberdade política, índice da liberdade humana, índice da liberdade cultural, enfim, indicadores que demonstram a complexidade de se medir o grau de desenvolvimento de um determinado país ou estado.

A respeito do IDH, tendo em vista que é resultante da média aritmética de três índices (renda, longevidade e escolaridade), pode-se dizer que apresenta sua fragilidade, primeiramente porque, ao pensá-lo como índice para o desenvolvimento sustentável, não aborda valores ambientais e culturais, por exemplo.

Outro problema é que obter um alto IDH não significa possuir um alto grau de escolaridade ou de longevidade, uma vez que, por ser uma média aritmética, um alto nível de renda com baixo nível de escolaridade pode resultar em um IDH médio, o mesmo valendo para outras hipóteses. A esse respeito, Veiga (2010) sublinha que:

Quando aplicada a municípios, a média aritmética usada no IDH embaralha dois fatos essenciais: a frequência de municípios abastados que arrastam precárias condições sociais e a existência de municípios com condições sociais dignas apesar de serem relativamente pobres. O mais grave é que o IDH dos primeiros tende a ser mais alto, reforçando exatamente a ilusão que seu saudoso criador, Mahbud ul Haq, queria

desfazer: de que tudo se resume a uma questão de renda *per capita*. Ou ainda, de que coletividades ricas, mas pouco solidárias, possam ser consideradas mais desenvolvidas do que outras que conseguem promover amplo acesso à saúde e à educação apesar de serem apenas “remediadas”. (VEIGA, 2010, p. 90)

Como se pode perceber, analisar um índice sintético sem explorar outras variáveis guia o leitor a uma realidade ilusória. O que os críticos dessas tentativas de sintetizar índices de desenvolvimento pretendem enfatizar é a complexidade das variáveis que se somam para contemplar uma vida em bem-estar. Índices sintéticos como o IDH e outros não abordados nesse trabalho, tais como Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e DNA Brasil, possuem o seguinte valor:

O emprego mais razoável do poder de atração dos índices sintéticos de desenvolvimento é aquele que estimula os usuários a examinar também o conjunto de tabelas estatísticas que certamente os acompanham. Os vários índices sintéticos apresentados poderão ser todos muitos úteis se servirem apenas de isca para que cada uma das dimensões do desenvolvimento seja examinada em paralelo, de forma que as principais discrepâncias sejam enfatizadas. (VEIGA, 2010, p. 105)

Essa preocupação do autor é o risco de se fazer uma análise superficial da realidade olhando unicamente para os dados sintéticos, sem mensurar o contexto social, econômico, ambiental e cultural de um determinado local. Sabe-se que um índice como o IDH é encarado como um avanço no que diz respeito a termômetro do desenvolvimento. Entretanto, não se pode deixar de tomar uma série de cuidados ao se analisar esses índices. Como bem aponta o sociólogo Salvatore Santagada (2007):

O IDH, apresentado pela ONU, é um instrumento que veio para superar as análises economicistas baseadas somente no desempenho econômico; ele dá uma visão abrangente do avanço social da comunidade das nações. Só que devemos tomar alguns cuidados ao analisá-lo de forma separada das condições reais por que passa a maioria da população e das posições dos diversos atores e países na conjuntura internacional e o debate subjacente em sua concepção. Além do mais, uma simples mudança de metodologia, fato normal no Relatório do IDH, faz os países perderem posições no *ranking* geral do IDH, e um país com médio IDH, pode estar escondendo uma forte concentração de renda e riqueza, como é o caso do Brasil. É necessário avaliar o estado social da nação nos diferentes países como um todo, que no contexto dos ajustes econômicos com base no receituário neoliberal, vem sofrendo os percalços da inserção subalterna na globalização, o que torna os países, como os latino-americanos, reféns da ciranda financeira e do desemprego estrutural. (SANTAGADA, 2007, pp. 124-125)

É possível mensurar, a partir dos escritos de Santagada (op. cit.), que o IDH apresenta-se como um primeiro passo importante frente às análises até então alicerçadas unicamente no crescimento econômico. No entanto, cabe questionar os métodos de leitura do IDH, visto que, sob uma sociedade dominada pelo viés neoliberal, essas análises tendem a obscurecer ao máximo as realidades sociais, culturais e ambientais em prol de acelerar o crescimento econômico.

Apesar das tentativas de superar os problemas ambientais mantendo o mesmo modelo de desenvolvimento, percebe-se que a crise ambiental já se instalou no planeta, o que prova a necessidade de repensar os métodos de desenvolvimento. Esse contexto valora os esforços de autores citados nesse trabalho, os quais procuram, com visões diferentes, expor as desigualdades do sistema capitalista.

Assim, pretendeu-se apresentar nesse tópico a complexidade de se avaliar ou medir o grau de desenvolvimento de uma determinada região ou nação. Apesar de esforços na tentativa de superar uma visão exclusivamente pelo viés econômico, percebe-se que os índices sintéticos devem ser entendidos como um dos instrumentos a serem considerados, mas não analisados isoladamente. Tendo essa noção como base, dificilmente se confundirá desenvolvimento com crescimento econômico.

Após a análise sobre o substantivo “desenvolvimento”, convém retornar para o tema central do presente trabalho, ou seja, o desenvolvimento sustentável, e, para isso, cabe agora fazer uma investidura sobre o adjetivo “sustentável”, termo utilizado em âmbito global.

3.2 SUSTENTABILIDADE EM QUESTÃO

Neste tópico objetiva-se avaliar especificamente o adjetivo “sustentável”, de modo que permita entender o motivo das várias divergências sobre o “conceito” de desenvolvimento sustentável. Para isso, pretende-se analisar a relação entre crescimento econômico e conservação ambiental, procurando demonstrar visões divergentes sobre a compatibilidade ou não desses valores.

Em primeiro lugar, vale ressaltar o princípio do entendimento de sustentabilidade, que correspondia até então ao manejo de pesca, antes de ser utilizado no modelo de desenvolvimento de modo geral. Como bem demonstra José Eli da Veiga:

Até o final dos anos 1970, sustentabilidade era um conceito circunscrito à biologia populacional, usado principalmente em pesquisas sobre manejo de pesca e das florestas. Já se demonstrou, por exemplo, que uma gestão inteligente das atividades pesqueiras permitiria que a humanidade tirasse muito mais peixe dos oceanos sem provocar corrosão de seus estoques. No entanto, com a manutenção das recorrentes práticas predatórias atuais, é quase certo que essa fonte de proteína estará em breve comprometida. (VEIGA, 2007, p. 61)

Enquanto o adjetivo “sustentável” era utilizado para explicar atividades primárias, sua compreensão não apresentava maiores problemas. Entretanto, ao transferi-lo para relações mais complexas, como, por exemplo, as relações socioeconômicas, emerge uma série de divergências por parte de seus intérpretes. Talvez essas divergências não sejam tão somente sobre o significado do adjetivo “sustentável”, mas, principalmente, quanto aos métodos utilizados para alcançá-lo.

No que tange à sustentabilidade, surgem indagações sobre sua efetividade em meio a um sistema capitalista que prioriza o crescimento econômico frente às decisões que guiam o desenvolvimento. Sabendo-se que para atingir uma sociedade sustentável, de acordo com Sachs (2004), tem-se que equilibrar os valores sociais, econômicos, ambientais e culturais, cabe questionar os meios utilizados para atingir tal objetivo, uma vez que não se visualiza claramente esse equilíbrio.

[...] há um esforço do discurso dominante em se apropriar do significado de sustentabilidade para trazê-lo adequadamente à sua compreensão de desenvolvimento, afeito à lógica instrumental da sociedade moderna – capitalista, urbana, financeira, industrial, globalizada. Essa postura de desenvolvimento sustentável, de caráter reformista, reconhece o problema, mas propõe soluções seguindo a mesma lógica vigente. (GUIMARÃES, 2009, p. 90)

Guimarães (2009) procura sublinhar o empenho do discurso dominante em estabelecer um consenso sobre a noção de sustentabilidade, de forma que não afete a base política e econômica que sustenta o sistema capitalista.

Pode-se dizer que, com o auxílio das ambigüidades e indefinições que permeiam o termo “desenvolvimento sustentável”, o discurso dominante apodera-se de uma interpretação que melhor lhe convém, numa perspectiva de caráter reformista.

Esse caráter reformista corresponde a uma estratégia ideológica de desenvolvimento sustentável construída sob os moldes da economia de mercado, oferecendo, por sua vez, soluções de mercado aos problemas ambientais. Nessa ótica, com o auxílio dos paradigmas cientificistas desse modelo de sociedade moderna e complexa, visualiza-se uma racionalidade que busca manter a ordem vigente, desinteressada de qualquer mudança que fuja de seu controle.

Observa-se que todos os valores da sociedade estão espelhados na civilização ocidental industrializada de consumo, constituindo-se o binômio produção/consumo, que estrutura a sociedade contemporânea em sua relação de exploração do meio ambiente.

Este fato se verifica no próprio discurso da sustentabilidade ambiental que, através do modelo dominante reformador, reconhecedor do problema, propõe soluções segundo a mesma lógica vigente. Pode-se apontar a leitura que se faz do Relatório Brundtlandt como exemplo, pois apesar de apresentar um novo conceito de desenvolvimento, não altera na base o sentido da dominação na ordem internacional.

Nesse sentido, Veiga (2010) sublinha as divergências nas posições sobre a compatibilidade entre conservação ambiental e crescimento econômico. Uma primeira vertente defende a inexistência de dilemas entre esses dois valores, com base no argumento otimista de que o crescimento econômico afetaria o meio até um determinado nível de riqueza *per capita*, atingindo posteriormente uma melhor qualidade ambiental. Ou seja, essa vertente de pensamento é defendida por autores ultra-otimistas que acreditam na redução dos problemas ambientais a partir do aumento do crescimento econômico.

Isto porque o progresso científico tecnológico sempre conseguirá introduzir as necessárias alterações que substituam a eventual escassez, ou comprometimento, do terceiro fator, mediante inovações dos outros dois ou de alguns deles. Em vez de restrição às possibilidades de expansão da economia, os recursos naturais podem no máximo criar obstáculos relativos e passageiros, já que serão indefinidamente superados por invenções. (VEIGA, 2010, p. 122)

O autor, apesar de ser contrário a essa vertente ultra-otimista tecnológica, procura demonstrar o posicionamento de um dos economistas defensores dessa vertente, Robert M. Solow, uma vez que, para este, qualquer elemento da biosfera que apresentasse limitações ao processo produtivo seria conseqüentemente substituído. Isso com o auxílio de três fatores: o trabalho humano, o capital produzido e os recursos naturais – este último presente na citação acima como terceiro fator, podendo ser substituído quando se demonstrar escasso.

Percebe-se que essa perspectiva de credibilidade do viés econômico perante os recursos naturais aproxima-se da abordagem apontada por Frey (2001), analisada no capítulo anterior, como “Econômico- Liberal de Mercado”, a qual deposita sua confiança na superação dos problemas ambientais através do crescimento econômico.

Menos otimistas, economistas neoclássicos e seguidores da Escola de Londres defendem que os impactos ambientais ocasionados por certas atividades podem ser recompensados por meio de outras atividades. É apresentada uma relação de custo-benefício da alteração do bem-estar, de modo que, a partir de um raciocínio econômico, propõe-se o cálculo da disposição de um indivíduo em pagar por um determinado ganho, bem como a disposição em aceitar algo como compensação. No final dessa correlação, chegar-se-ia a um valor líquido da mudança ambiental. (VEIGA, 2010)

Percebe-se que, a partir dessa linha de pensamento, pretende-se superar os problemas ambientais com a implementação de um valor econômico atribuído aos recursos naturais. Apesar de essa postura parecer degradante e impraticável, tendo como base o “desenvolvimento sustentável”, cabe questionar a própria política, globalmente praticada, de compra e venda de crédito de carbono. Uma política que parece se aproximar da linha de pensamento dos economistas neoclássicos.

Para entender melhor esse questionamento, convém fazer uma breve análise do Protocolo de Kyoto, que surgiu como um acordo mundial entre nações sob o objetivo de reverem as taxas de emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa. Em síntese, ele pode ser resumido da seguinte maneira.

O Protocolo de Kyoto é um instrumento que tem como objetivo fazer com que os países industrializados (chamados “países do Anexo I”) reduzam, e controlem as suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em

pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990, até o período entre 2008 e 2012. O elemento chave a ser controlado é o nível de emissão global. As emissões particulares dos países podem ser flexibilizadas, condicionadas a um balanço global rígido. (MACEDO; MELLO; GOMES, 2010, p.513)

Seiffert (2009) lembra que, embora o Protocolo de Kyoto seja um importante mecanismo de abrangência internacional, com a finalidade de fazer com que cada país reduza os níveis de emissão de gases de efeito estufa, as metas pré-estabelecidas estão longe de atingir níveis de emissões estáveis.

Assim, países desenvolvidos, com metas de redução de emissão de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases poluentes, podem investir em projetos que diminuam as emissões de gases de efeito estufa em outro país, geralmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Percebe-se que, apesar da investidura em diminuir os efeitos da poluição, utiliza-se de uma metodologia subordinada aos valores de mercado, de modo que os países responsáveis por 80% da exploração dos recursos naturais consigam manter seu padrão de consumo, graças ao capital financeiro acumulado.

O objetivo aqui não é questionar a importância de medidas globais cujo objetivo seja diminuir os impactos ambientais, até mesmo porque são medidas que colocam em evidência os problemas ambientais do planeta. A questão é: mesmo reconhecendo quem são os maiores poluidores, propõem-se medidas flexíveis, de difícil mensuração precisa, como no caso da compra e venda de carbono. Em síntese, esses acordos parecem seguir a mesma política dominante, de modo que não afetem o desenvolvimento econômico.

Por outro lado, defensores da incompatibilidade entre crescimento econômico e conservação ambiental alegam que recursos naturais e capitais podem ser complementares, mas não substitutos. Segundo Veiga (2010), a crítica dos ecólogos a essa vertente otimista, apresentada até então, fundamenta-se na imediatividade dos problemas. Ou seja, esse cálculo econômico de compensar os problemas ambientais poderia obter sucesso por um determinado tempo, 50 ou 60 anos, o que desconsidera, por sua vez, as consequências que possam ocorrer a longo prazo, atingindo as gerações futuras. Deve-se levado em consideração que:

Seja como for, a contradição entre o atual imperativo do crescimento econômico e a finitude dos recursos do planeta acabará por se resolver de alguma maneira. Impossível prever, entretanto, se essa solução decorrerá de uma governança cada vez mais esclarecida do desenvolvimento, de

hecatombes provocadas por catástrofes ambientais, ou de alguma outra saída mais difícil de imaginar. (VEIGA, 2010, p. 149)

Infelizmente, se continuar a perpetuar-se o contexto presenciado no planeta em pleno século XXI, com elevado crescimento econômico, crescimento demográfico, desigualdade social e impactos ambientais, fica difícil visualizar outra solução senão a segunda opção demonstrada por Veiga (op.cit.), ou seja, as catástrofes ambientais.

Há que se considerar o precoce conhecimento científico sobre a conexão entre fenômenos humanos e ecológicos, e essa dificuldade de vislumbrar as possibilidades futuras de formas sustentáveis de organização social. No entanto, procurou-se demonstrar a existência de estudos singulares que demonstram a incoerência entre o sistema capitalista e a conservação dos recursos naturais.

Enquanto não se questionar os métodos praticados pelo modelo de desenvolvimento capitalista, debates teóricos sobre adjetivos e supostos “conceitos” sustentáveis podem tornar-se ultrapassados sem ao menos serem colocados em prática. Enquanto isso, presencia-se um palco de acordos políticos, sob uma áurea “sustentável”, de modo que não se altere a base do crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo do debate realizado em torno do “conceito” de desenvolvimento sustentável, procurou-se demonstrar, além das divergências e limitações do termo, a forma como foi incorporado pelo modelo dominante, o sistema capitalista, no final do século XX. Para atingir tal objetivo, o conteúdo deste trabalho foi organizado em três capítulos, como segue: contexto global dos debates ambientais; dilemas atuais sobre o “conceito” de desenvolvimento sustentável; e sustentabilidade e crescimento econômico.

Demonstrou-se que a preocupação com os problemas ambientais ganhou maior ênfase a partir da década de 1970, em consequência de uma série de fatores que merecem uma síntese. Em primeiro lugar, vale dizer que o modo de produção capitalista presenciado na atualidade não corresponde às relações de produção presentes na origem das primeiras sociedades.

Isso porque nas sociedades tidas como “primitivas” o valor de uso subordinava o valor de troca, ou seja, a partir dessa lógica não havia a preocupação com o acúmulo de capital. Entretanto, a categoria “trabalho” já exercia papel determinante para essas sociedades primárias, uma vez que através dele o homem exercia uma relação de dominação sobre a natureza, alterando sua essência. Essa situação acirrou-se com o surgimento das primeiras cidades, onde se intensificou a prática do trabalho, com o intuito de acumular excedentes com a prática constante do comércio.

Desde os primórdios dessa lógica mercantilista até as relações capitalistas mais complexas, assistiu-se a um cenário de colonização, o qual tinha como base a exploração desordenada dos recursos naturais, somado ao advento da Revolução Industrial junto a um crescimento urbano-populacional desregrado. Esses aspectos apresentam-se como determinantes para os problemas e impactos ambientais que comprometem o modelo de desenvolvimento contemporâneo.

Como prova disso, no primeiro capítulo utilizou-se como exemplo uma série de acidentes ambientais de grande monta, ocorridos na Europa e, inclusive, no Brasil, no final do século XX. Por ocasionarem milhões de mortes de seres humanos, esses desastres ambientais, precipitados pela ação antrópica,

figuraram como instrumento de sensibilização socioambiental, fazendo com que nações de todos os continentes se reunissem para debaterem sobre o modelo de desenvolvimento utilizado.

De igual forma, além dos desastres ambientais, verificou-se os problemas ambientais que caminham lado a lado com o modelo industrial capitalista, dentre eles vale citar: urbanização acelerada, desmatamento florestal, poluição do ar e do solo, crescimento demográfico e perda da diversidade genética. A soma desses problemas ameaça a sobrevivência das sociedades presentes e futuras, o que valora os debates acerca dos problemas socioambientais.

Com base nesse breve contexto, entende-se a importância dos primeiros movimentos ambientalistas da década de 1970, bem como das organizações internacionais sensibilizadas com os problemas ambientais do planeta e os representantes políticos interessados em discutir o tema.

Num período em torno de 35 anos, a sociedade civil assistiu a uma série de encontros internacionais entre representantes políticos, empresários, ambientalistas e organizações não-governamentais (ONGs), na tentativa de alcançar um consenso que compartilhasse crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social. Dentre esses encontros, vale sublinhar: o Clube de Roma, em 1972 – formado por políticos e empresários, apresentou um estudo apontando o crescimento dos problemas ligados ao meio ambiente. Também em 1972, houve a Conferência de Estocolmo, na Suécia, um encontro entre nações desenvolvidas interessadas em estabelecer restrições ao crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Em 1982, por intermédio da Assembleia Geral das Nações Unidas, divulga-se a “Carta Mundial da Natureza”, documento que, além da preocupação com a exploração do meio ambiente, trazia como base a questão social da humanidade. No ano de 1983, criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), mais conhecida como Comissão de Brundtland, que trouxe à tona o termo “desenvolvimento sustentável”, objeto de estudo do presente trabalho.

No ano de 1992, acontece no Rio de Janeiro, Brasil, uma Conferência entre 179 países, conhecida como Eco-92. Tinha, dentre seus objetivos, estabelecer diretrizes em prol do “desenvolvimento sustentável”, o que resultou na chamada Agenda 21 Global. O retorno da ECO-92 ocorreu no ano de 2002, em

Johannesburgo, como tentativa de verificar os resultados das metas estabelecidas no Rio de Janeiro em 1992.

A partir desse breve retrospecto de três décadas, foi possível perceber o reconhecimento dos problemas socioambientais por parte dos países do norte, tidos como “desenvolvidos”, e também pelos países do sul, considerados países “em desenvolvimento”, bem como uma mobilização das nações para discutirem as práticas tecnológicas e industriais que estão sendo empregadas. Entretanto, diante do aumento dos problemas ambientais concomitante aos encontros internacionais, procurou-se questionar o que está sendo debatido, assim como o papel dominante da esfera econômica nesses debates. Esse trabalho procurou sublinhar também a distância entre um discurso socioambiental e uma prática sustentável.

Para responder a essa questão, foi analisada uma literatura comprometida com a temática ambiental, com base nos seguintes autores: Ignacy Sachs, Wolfgang Sachs, Philippe Layrargues, Reinaldo Dias, Hans Michael Van Bellen, Henri Acselrad, Klaus Frey, Celso Furtado, Mauro Guimarães, Salvatore Santagada e José Eli da Veiga. Economistas, geógrafos e sociólogos que, apesar de apresentarem posições por vezes divergentes, propuseram-se a questionar os métodos do atual modelo de desenvolvimento e sua relação com o meio.

Com o objetivo de compreender o “conceito” de desenvolvimento sustentável, assim como as diversas interpretações do termo, procurou-se, num primeiro momento, diferenciar ecodesenvolvimento de desenvolvimento sustentável. Com o auxílio dos escritos de Layrargues (1997) verificou-se que o ecodesenvolvimento apresenta-se como uma medida oposta ao crescimento econômico, estabelecendo limites para a livre atuação do mercado, um teto de consumo e o perigo da crença inconsequente na tecnologia moderna. Características que parecem justificar o abandono ou alteração do termo “ecodesenvolvimento” nos debates internacionais.

Ainda sobre a ótica de Layrargues (op.cit.), o desenvolvimento sustentável contém uma perspectiva confiante que a solução dos problemas ambientais virá através da mesma lógica de mercado da economia das sociedades modernas. Nesse sentido, arriscou-se afirmar que o desenvolvimento sustentável, com a intenção de compatibilizar as vantagens econômicas, sociais e ambientais, acaba servindo aos interesses econômicos da sociedade neoliberal.

No entanto, com o intuito de não se fazer uma análise apressada ou uma crítica precipitada ao “conceito” de desenvolvimento sustentável, procurou-se analisar os escritos do economista Ignacy Sachs, o qual dedicou boa parte de seu tempo na análise dos problemas socioambientais da sociedade. Na sua perspectiva, entende-se que o desenvolvimento sustentável é regido por cinco pilares que precisam ser igualmente valorados, que são: pilar social, ambiental, territorial, econômico e político (SACHS, 2004).

Ignacy Sachs propõe-se a desenvolver conceitualmente o termo ecodesenvolvimento até chegar ao seu entendimento de desenvolvimento sustentável que, baseado nos cinco pilares mencionados acima, alcançaria a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica. Apesar da crença na sustentabilidade por parte desse autor, verificou-se que ao analisar suas variáveis, a saber, sustentabilidade ambiental, justiça social e eficiência econômica, no contexto econômico e político da sociedade capitalista, visualiza-se a superioridade da variável econômica sobre as demais.

Por sua vez, outro fator determinante para o agravamento dos problemas socioambientais é o caráter polissêmico e divergente do entendimento do termo “desenvolvimento sustentável” apresentado pela Comissão Brundtland, definindo-o como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL..., 1988).

Com base nesse entendimento, que parece guiar os debates internacionais, constatou-se a imprecisão quanto a como se chegar ao desenvolvimento sustentável, uma vez que se presenciou uma “conceituação” genérica que não estabelece responsabilidades socioambientais precisas aos reais geradores dos problemas.

Diante desse caráter ambíguo do termo “desenvolvimento sustentável”, sublinhou-se durante esse trabalho várias interpretações deste “conceito”. Em síntese, autores como Wolfgang Sachs *apud* Scotto, Carvalho e Guimarães (2008), Klaus Frey (2001) e Costa Lima (1997) se utilizam de uma metodologia semelhante, ou seja, dividem o entendimento de desenvolvimento sustentável em três perspectivas distintas. Apesar de apresentarem denominações distintas para cada perspectiva, esses autores apresentam uma comparação entre cada uma delas, e procurou-se referendar no presente trabalho a perspectiva que

melhor corresponde às necessidades socioambientais da sociedade contemporânea e das sociedades futuras.

Nesse sentido, pontuou-se a perspectiva “doméstica” de Wolfgang Sachs, a perspectiva denominada de “Abordagem Política de Participação Democrática” de Klaus Frey e a perspectiva “comunitária” de Costa Lima. O que há em comum no entendimento dessas dimensões é a valorização de um desenvolvimento endógeno, com a participação democrática da sociedade, frente ao modelo de desenvolvimento exógeno que está sendo aplicado, sob um discurso “sustentável” em prol do avanço tecnológico e do crescimento econômico.

Em meio ao debate sobre sustentabilidade, percebeu-se que o desenvolvimento é constantemente confundido, propositalmente ou não, com crescimento econômico. Esclarecimento que se procurou expor, de modo que permita compreender as barreiras para que se implemente o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, com o auxílio dos registros de Veiga (2010), verificou-se que, apesar de várias tentativas de economistas otimistas e neoclássicos em tratar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, há diferenças determinantes que são obscurecidas pelas relações desiguais entre países.

Com base no autor em que Veiga (2010) espelha-se para tal definição, a saber, Furtado (2004), crescimento econômico resume-se em preservação dos privilégios das elites com a manutenção de seus interesses econômicos. Por outro lado, o desenvolvimento caracteriza-se por trazer em seu bojo um projeto social subjacente às populações mais pobres.

Além dessa diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, procurou-se demonstrar a complexidade no que tange à medição do grau de desenvolvimento de um determinado país. Tendo em vista que os métodos utilizados para fazer essa análise baseiam-se em dados sintéticos, como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual, se for observado fora do contexto socioeconômico e educacional de um país, pode obscurecer as realidades sociais, culturais e até mesmo ambientais de uma região em virtude do crescimento econômico.

Tendo a industrialização e avanços tecnológicos como alicerce, o discurso dominante apropria-se facilmente das imprecisões do termo

“desenvolvimento sustentável” para atender à sua própria idéia de desenvolvimento, a qual, como ressalta Guimarães (2009), se resume à lógica instrumental da sociedade moderna, capitalista, urbana, financeira, industrial e globalizada. Realidade que proporciona impactos socioambientais irreparáveis aos olhos de toda a sociedade.

Em resumo, procurou-se demonstrar que o verdadeiro problema não corresponde simplesmente às divergências sobre o significado do “conceito” de desenvolvimento sustentável, mas principalmente quanto aos métodos utilizados para implementá-lo. Afinal, o que se vê é um consenso quanto aos problemas ambientais e a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento, mas uma divergência quanto aos métodos para alcançar a sustentabilidade. Percebe-se que, apesar da seriedade dos problemas ambientais, ainda não se alcançou um nível que faça com que as forças determinantes, ao invés de reformarem, alterem seus modos de produção.

Enquanto isso, são realizados encontros entre nações, debatendo no plano teórico os problemas socioambientais, característicos da sociedade capitalista, e a capacidade desse sistema em reformular suas ideologias, passando a idéia de que se está praticando a sustentabilidade com o aumento do crescimento econômico.

As questões que envolvem esse complexo campo de pesquisa não se encerram aqui. Nesse sentido, procurou-se apresentar as divergências sobre um tema recente para os pesquisadores comprometidos com os problemas socioambientais, os quais vêm sendo interdisciplinarmente discutidos. Tendo em vista que cada área científica possui sua identidade própria, objetivou-se demonstrar o caráter singular de uma interpretação, crítico-científica, dos padrões socioeconômicos da modernidade capitalista, a qual se demonstra sensível aos problemas ambientais, mas pouco afeita a resolvê-los de forma realmente sustentável.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Org.). **O Desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. pp.75-96.

_____. Discurso da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas: Unicamp, n.1, maio de 1999, pp. 79-90.

Disponível em:

<http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR_v1n2.pdf#page=77> Acesso em 12 Jan. 2011.

_____. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Out. 1994, pp.128-138. Disponível em:

<http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf#page=77> Acesso em 18 Jan. 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 4.ed.- Petrópolis: Vozes, 1998

BERNARDES, Júlia A.; FERREIRA, Francisco P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, Antonio José T. (Org.). **A Questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp. 17- 42.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988; 40° ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COELHO, Luiza. **12 Grandes problemas ambientais da humanidade**, 2009.

Disponível em: <<http://www.licenciamentoambiental.eng.br/12-grandes-problemas-ambientais-da-humanidade/>>. Acesso em 23 Nov 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA LIMA, Gustavo F. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Eletrônica Política e Trabalho** - Universidade Federal da Paraíba, n. 13, pp. 201-222, set. 1997, Disponível em:

<<http://www.cefetsp.br/edu/eso/debatesustentabilidade.html>> Acesso em 10 Jan. 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERNANDES, Manuel A. **Memórias e Lendas de Cubatão – Vila Socó: Memória do desastre, 20 anos depois**, 2006. Disponível em:

<<http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/ch017e.htm>>. Acesso em 04 Jan. 2011.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade** – v. 4 n. 9, pp. 1-34, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf>> Acesso em 03 fev. 2011.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. Vol. 24, n. 4 (96), pp. 483-486, out. e dez. de 2004, Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>> Acesso em 26 de Jan. 2011.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, Antonio José T. (Org.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. 5.ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. pp. 81-105.

GUIMARÃES, Roberto P., A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In. VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org). **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. pp. 43-71.

KRAEMER, Maria E. P. **Gestão ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável**, s/d. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=225>>. Acesso em: 23 Nov. 2010.

LAYRARGUES, Philippe P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?**, 1997. Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf>. Acesso em 04 Jan. 2011.

MACEDO, Marco A.; MELLO, João C. C. B. S.; GOMES, Eliane G. **Modelo para redistribuição de cotas de emissão de gases do efeito estufa baseado em medidas de eficiência técnica**, vol.17, n.3, pp. 513-524, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n3/06.pdf>> Acesso em: 10 de Fev. 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política**; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Ketcher – 3. ed - São Paulo: Nova Cultura, v.1, t.1, 1988.

MEADOWS, Donella H. **Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

NEDER, Ricardo T. Limites políticos institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. pp. 37-72.

PÁDUA, José A. **Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário**. Caderno de Debates, n. 6, pp.1-59, 2000. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?cluster=2364998956235416848&hl=pt-BR&as_sdt=0,5> Acesso em 08 fev. 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. pp. 29-56.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**; Pelotas [01]: pp. 113- 142. Junho/dezembro 2007. Disponível em:
<http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_sociais_historico.pdf>
Acesso em 02 de Fev. 2011.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. M.; GUIMARÃES, Leandro B. **Desenvolvimento Sustentável**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SEIFFERT, Mari E. B. **Mercado de carbono e protocolo de Quioto**: oportunidades de negócio na busca da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

VAN BELLEN, Hans Michael V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Senac, 2007.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A Evolução das políticas ambientais no Brasil-1971-91: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F. (Org.). **Dilemas Socioambientais e desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. pp. 73-102.